

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIAL – PPGDS

LUCAS TIBO SARAIVA

**A CRISE DA “IDEOLOGIA DA MINEIRIDADE” E PERDA DE
PROTAGONISMO POLÍTICO DAS LIDERANÇAS MINEIRAS NO CENÁRIO
NACIONAL**

Montes Claros/MG

Maio de 2020

LUCAS TIBO SARAIVA

**A CRISE DA “IDEOLOGIA DA MINEIRIDADE” E PERDA DE
PROTAGONISMO POLÍTICO DAS LIDERANÇAS MINEIRAS NO CENÁRIO
NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso

Montes Claros/MG

Maio de 2020

S243c Saraiva, Lucas Tibo.
A crise da “ideologia da mineiridade” e perda de protagonismo político das lideranças mineiras no cenário nacional [manuscrito] / Lucas Tibo Saraiva – Montes Claros, 2020.
94 f. : il.

Bibliografia: f. 88-94.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso.

1. Lideranças Políticas. 2. Ideologia da Mineiridade. 3. Modernização Regional. 4. Gerencialismo de estado. I. Cardoso, Antônio Dimas. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Uma vez mais, finalizo um ciclo de minha atual existência, e, por óbvio, o sentimento de gratidão permeia meu coração, pois não teria chegado até aqui sem o concurso de muitos. Agradeço a Deus enquanto energia vital que me permitiu estar até aqui, vivo. Agradeço a minha família, que direta e indiretamente esteve a me apoiar, sempre me incentivando na direção dos estudos. Em especial a minha querida mãe, exemplo de conduta e mulher de coração enorme!; ao meu tio Amauri pelo ponto de equilíbrio que sempre representou para mim. Também agradeço nominalmente aos meus avós, Terezinha Magalhães Tibo e Lucídio Nogueira Tibo (In memoriam), pelo afeto e carinho com que sempre me acolheram!

Sou grato também às amigadas de ensino médio que ainda persistem: de Lucas Daniel (Zero) e João Pedro Lima (Salsicha), bem como à querida Yasmim, essa amiga e companheira que conheci no calor da vivência universitária e que sempre recebeu com entusiasmo cada vitória que obtive.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros por ter me oportunizado realizar o sonho de fazer um mestrado. Dos funcionários aos professores, passando pelos colegas, sou grato a todos! Em especial a minhas amigas Maria João e Marta Grave pelas conversas animadoras e instigantes que me auxiliaram a renovar as energias para continuar em frente! Ao meu orientador, professor Antônio Dimas Cardoso, pela seriedade e compromisso no trabalho de orientação!

Como disse, gratidão é o sentimento que permeia meu coração!

A questão irrespondida. – “Tupi, or not tupi that is the question” – propõe a conhecida formula antropofágica. “Tupi and not tupi” – eis a possível resposta

Eduardo Giannetti (Trópicos Utópicos)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central discutir o fenômeno da perda de protagonismo político de lideranças em Minas Gerais em conexão com o que se denomina de crise da “ideologia da mineiridade”. Buscou-se recuperar na trajetória política das elites mineiras os momentos-chave de sua projeção em âmbito nacional no contexto de predominância do desenvolvimentismo. Identificou-se como estas elites regionais se articularam historicamente em prol de um projeto de recuperação econômica que pudesse modernizar o estado, o que veio a acontecer, em grande medida, a partir da instrumentalização de sua identidade regional conhecida como “mineiridade”. Em outras palavras, a crença na habilidade política, na conciliação de interesses divergentes, na capacidade de síntese e na valorização da unidade nacional, dentre outros fatores, passou a ser atribuída aos políticos mineiros, o que foi utilizado historicamente para justificar a necessidade de união dos grupos de elite ao redor de um projeto comum de desenvolvimento regional. A projeção de lideranças mineiras no cenário nacional fica, no entanto, comprometida a partir da década de 1980, mas principalmente a partir da década de 1990, quando o neoliberalismo passou a predominar, o que repercutiu em novos padrões relacionados ao papel do estado e da própria política na contemporaneidade. A lógica gerencial passa a subsidiar as políticas públicas, deslocando a atuação do estado em relação à sociedade e reforçando um discurso tecnicista. Dessa forma, a ideologia da mineiridade que foi, em grande medida, responsável por aglutinar setores diversos das elites mineiras passa por um momento de “crise”, em que a gestação de novas lideranças fica comprometida.

Palavras-chave: Lideranças Políticas; Ideologia da Mineiridade; Modernização Regional; Gerencialismo de estado.

ABSTRACT

This master's dissertation intends to discuss the loss of leadership of politicians from the Brazilian State of Minas Gerais, connecting this phenomenon with the crisis of the so-called “ideology of *mineiridade*”. To this end, an attempt was made to recover the political trajectory of the State’s elites, considering some key moments of their projection at the national level, when developmental policies were predominant. These regional elites have historically articulated themselves in favor of an economic recovery project that could modernize the State, based, to a large extent, in the orchestration of the regional identity known as “*mineiridade*”. In other words, attributes as the belief in political skills, the convergence of divergent interests, the ability to create synthesis and the valorization of national unity, among others, came to be attributed to politicians from Minas Gerais. These variables have historically been used to justify the need for union among the State’s elite groups around a common regional development project. The projection of political leaders from Minas Gerais on the national scene is, however, compromised from the 1980s, but mainly from the 1990s, when the neoliberalist project came to dominate and reflected, in contemporary times, in new standards on the role of the state and the politics itself. The managerial logic then started to rule public policies, displacing the performance of the state in relation to society and reinforcing a technicity based discourse. In this way, the ideology of *mineiridade*, before largely responsible for bringing together different sectors of Minas Gerais’ elites, is now going through a moment of “crisis”, which compromises the emergence and projection of new political leaders.

Key-words: Political leadership; Ideology of *Mineiridade*; Regional Modernization; State managerialism.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01:** Composição da Câmara dos Deputados – Estados Selecionados – 1945-2018p. 58
- Quadro 02:** Economia Brasileira: Síntese de Indicadores Macroeconômicos — 1974-1989 (médias anuais por período)p. 60
- Quadro 03 -** Necessidades de Financiamento do Setor Público — 1990-1994 (% do PIB)p. 61
- Quadro 04 -** Execução orçamentária – Minas Gerais – 1985-1994p. 61
- Quadro 05 –** Dívida do Estado de Minas Gerais, por modalidade e origem: 1994-1998 (Em R\$ milhões correntes)p. 62
- Quadro 06 -** Governadores eleitos em Minas Gerais – 1986-2018p. 69
- Quadro 07 -** Número de cadeiras obtidas pelo PSDB na Câmara dos Deputados, por região - 1990-1998.....p. 70
- Quadro 08 -** Setores do Estado, características, tipos de propriedade e objetivos no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estadop. 78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM – Associação Comercial de Minas Gerais

ACI - Associação Comercial e Industrial de Montes Claros

AI – Ato Institucional

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

ANC - Assembleia Nacional Constituinte

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BEMGE – Banco do Estado de Minas Gerais

CEANORTE - Central de Abastecimento do Norte de Minas

CEPAL - Comissão Econômica para o desenvolvimento da América Latina e Caribe

CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais; atualmente Companhia Energética de Minas Gerais

CEF – Caixa Econômica Federal

CIA – Agência Central de Informações

CREDIREAL - Banco de Crédito Real de Minas Gerais

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DC – Dívida Contratual

EUA – Estados Unidos da América do Norte

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FJP - Fundação João Pinheiro

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRIGONORTE - Frigorífico Norte de Minas S/A

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JK - Juscelino Kubitschek

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MATSULFUR - Companhia Materiais Sulfurosos

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

OS – Organização Social

OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND - Programa Nacional de Desestatização

PPP – Parceria Público-Privada

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRODEMGE - Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais

PRS – Partido da Renovação Social

PSD – Partido Social Democrático

PSI – Política de Substituição de Importações

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SRM - Sociedade Rural de Montes Claros

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDENOR – Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.p. 10

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTISMO DAS ELITES POLÍTICAS MINEIRAS.....p. 16

1.1 O ideário de progresso.....p.17

1.2 Lideranças mineiras e seus projetos de desenvolvimento.....p. 26

1.3 O desenvolvimentismo no norte de Minas Gerais.....p. 35

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA “IDEOLOGIA DA MINEIRIDADE”p. 41

2.1 A mineiridade como discurso de identidade regional.....p. 42

2.2 A instrumentalização do discurso: a mineiridade como ideologia.....p. 48

CAPÍTULO III

RACIONALISMO ECONÔMICO E PERDA DE PROTAGONISMO DE LIDERANÇAS MINEIRAS.....p. 54

3.1 O deslocamento do protagonismo político das elites mineiras.....p. 56

3.2 A presença do tecnicismo no executivo estadual mineiro.....p. 65

3.3 Do “gerencialismo de estado” à crise da “ideologia da mineiridade”p. 75

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p. 85

REFERÊNCIAS.....p. 88

INTRODUÇÃO

O papel desempenhado pelas ideologias constitui-se como vasto campo analítico no mundo das ciências sociais. Nas sociedades modernas, as ideologias cumprem função primordial no sentido de guiarem e justificarem a prática de grupos e classes sociais. Quando se discute a trajetória ou o desempenho das elites políticas mineiras, logo se aciona as imagens do político conciliador. Analiticamente, designa-se como “mineiridade” este ideário construído em torno da figura do político mineiro que, em certa medida, se estende a todo o povo com origem em Minas Gerais. Nesse contexto, a mineiridade se configura, a nosso ver, como uma grande narrativa que perpassa os séculos, como se fosse uma cumprida linha da qual não se enxergam as pontas.

Esta narrativa se relacionou e se relaciona com duas ideologias fundamentais: O desenvolvimentismo e o neoliberalismo, as quais podem ser comparadas a duas cordas que, apesar do cumprimento, tem marcos iniciais e finais visíveis. Desta tríade ideológica procura-se extrair a problemática que nos instiga de forma mais manifesta: a da perda de protagonismo político das lideranças do estado de Minas Gerais em âmbito nacional. O fio condutor das discussões é o processo pelo qual as elites políticas mineiras se vincularam a projetos de modernização e de desenvolvimento regional ao longo do século XX, o que desencadeou um modelo ou um perfil de liderança política que historicamente caracterizou a política mineira no concerto nacional.

O processo de modernização, do qual a industrialização é uma de suas facetas fundamentais, adquire determinadas nuances quando se trata de nações como a brasileira, a qual abarca expressiva diversidade regional. Dessa maneira, os fatores econômicos costumam ser os impulsionadores de processos industrializantes, acarretando em uma dinâmica mais intensiva em consonância com a atração de investimentos para áreas onde já predomina um parque industrial considerável e uma mentalidade mais afeita aos ditames capitalistas ligados à competição e à livre concorrência. O exemplo mais notório desse modelo de modernização foi o caso de São Paulo (SCHWARTZMAN, 2007). No entanto, fatores políticos também precisam ser levados em consideração a fim de se apreender melhor determinadas experiências de modernização que não necessariamente seguiram a via mais “clássica”. Dessa ótica, obtém-se, no caso mineiro, uma via intermediária de modernização que conjuga as dimensões econômicas e políticas, o que resulta em um padrão específico de desenvolvimento regional, o qual pode ser estudado com mais acuidade (DULCI, 1999, p. 35).

Avaliando a trajetória de algumas lideranças políticas mineiras percebe-se como estas estiveram envolvidas por um conjunto de valores, ideias e representações de cunho modernizante, em especial a partir da década de 1930, momento chave de nossa história política, em que um arcabouço institucional foi criado e aperfeiçoado para dar conta dos projetos de modernização e desenvolvimento econômico que o momento impunha. Nessa conjuntura de fortalecimento do estado nacional, as elites políticas mineiras procuraram se organizar para tirar proveito e participar das novas políticas de reorientação econômica que passaram a predominar na época (DULCI, 1999).

A literatura especializada aponta a existência de uma espécie de cultura política das elites mineiras que abarcaria um conjunto de especificidades: política tendente à conciliação de interesses divergentes; pragmatismo político e econômico na resolução de problemas, ideário de unidade nacional, dentre outras. Dentro desse campo, é salutar tematizar a trajetória política dessas elites no contexto de projetos de desenvolvimento que se processaram, de forma marcante, no período desenvolvimentista que vai basicamente de 1930 a 1970, dando destaque para o tema da mineiridade como síntese dos valores da política tradicional em sua dimensão regional.

Embora já perdendo força relativa no congresso nacional, foi durante o período desenvolvimentista que expoentes da política mineira tiveram maior projeção nacional. As lideranças de Juscelino Kubitschek (1902-1976) e Tancredo Neves (1910-1985) talvez sejam os exemplos mais nítidos de uma geração de políticos que, seja no legislativo, seja no executivo, deram um peso importante para Minas Gerais no encaminhamento de políticas nacionais. No entanto, o que se percebe a partir das décadas de 1980 e principalmente da década de 1990 em diante é uma inflexão nos rumos da política mineira. A participação e o protagonismo de lideranças políticas mineiras passaram a se esfumar no emaranhado de uma nova configuração político-econômica, o que nos impõem algumas interrogações: Como explicar a perda de protagonismo político das lideranças mineiras, as quais tiveram notável projeção histórica ao longo da república brasileira? A mineiridade enquanto narrativa de identidade regional aglutinadora dos interesses de elite estaria em crise? Na tentativa de dar um encaminhamento para tais questões, sem a pretensão, contudo, de esgotá-las, o objetivo central da dissertação é discutir como a ideologia da mineiridade foi perdendo centralidade no contexto de hegemonia do neoliberalismo, conseguindo colocar em segundo plano o ideário desenvolvimentista que até então guiava os estratégicos projetos de modernização tanto em âmbito federal como influenciando propostas mais regionalizadas. A ascensão de um

tipo de racionalismo econômico passa a constituir o imaginário político moderno, influenciando as prioridades elencadas por governantes no âmbito do exercício de administrações no poder executivo, tanto federal como estadual, o que traz implicações diretas para o mundo da política.

Fazemos referência, assim, às elites políticas mineiras no sentido de investigar trajetórias de determinadas personalidades políticas, tentando entrever nelas pistas sobre um possível perfil que as une e ao mesmo tempo atentando-se para seu caráter multifacetado (DULCI, 1999, p.160). Utilizamos também o termo “lideranças políticas” ou “lideranças mineiras” fazendo-se alusão a um tipo ideal de político que se forjou na era desenvolvimentista e que teve em Minas Gerais figuras de destaque. Tal uso está associado ao tipo de dominação carismática a que Weber faz alusão, isto é, aquele perfil de liderança que aglutina seguidores por conta de seu carisma. Nas explicações do sociólogo clássico, tal carisma consiste na “[...] devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe” (WEBER, 1967, p. 57). Desse ponto de vista, as lideranças políticas mineiras seriam vocacionadas para o exercício da política, não só vivendo “da” política, mas vivendo “para” a política (WEBER, 1967, p.64-65).

O histórico das elites políticas e de suas lideranças mineiras suscitou uma série de características que permeiam o imaginário político e cultural até os dias de hoje, imaginário esse que passou a ser identificado pelo termo “mineiridade”. A mineiridade abarca um leque variado de dimensões da vida em sociedade dos mineiros, das artes à culinária; das tradições culturais ao turismo e assim por diante. Trata-se de um tipo de identidade regional que foi estudada por Arruda na condição de mito em seu clássico livro “Mitologia da Mineiridade” e que descreve as características do que, em tese, seria o “ser mineiro” (ARRUDA, 1999). Na sua dimensão política, a mineiridade adquire tonalidade específica e é nesse sentido que ela nos interessa. Trata-se de discurso que passa a ser instrumentalizado pelas elites políticas em contextos históricos específicos, transformando-se em ideologia. Nessa direção, acionamos a definição de ideologia tendo como base Engels e Marx em sua obra clássica “A ideologia alemã”. Estes autores dão um sentido crítico ao termo ideologia, que, nessa perspectiva, alude a uma separação, um distanciamento entre o mundo das ideias e as condições sócio históricas de produção dessas ideias (BRANDÃO, 2004, p,20). Nesse contexto

Ela (a ideologia) é um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser ideias de todos. Para isso eliminam-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual. Necessária à dominação de classe, a ideologia é ilusão, isto é, abstração e inversão da realidade [...] (BRANDÃO, 2004, p.21).

Engels e Marx deixam claro que existem mais de uma ideologia nas sociedades, mas a que prevalece e norteia a vida de todas as classes é a ideologia que pertence à classe dominante, pois essa, por ter em suas mãos os meios materiais de existência, tem facilidade em propagar as ideias que as beneficiam (MARX; ENGELS, 1998).

Sem descartar as orientações clássicas de cunho marxista acerca da ideologia, a ênfase do termo, para os fins desta dissertação, é de interpretar o processo de crise da “ideologia da mineiridade” a partir da experiência histórica das elites políticas do estado de Minas Gerais, isto é, da compreensão da ideologia como “visão de mundo” de determinados grupos e classes sociais, conforme a acepção de Antônio Gramsci (CERQUEIRA FILHO, 1988, p. 18). Segundo Dulci, a mineiridade, na sua dimensão ideológica, abarcaria três funções elementares: 1) Como ideologia da classe dominante, na sua acepção clássica; 2) Como auxílio no domínio dos grupos dominantes e na consequente sustentação de seus interesses; 3) Como fortalecimento dos interesses do estado de Minas Gerais na arena nacional (DULCI, 1999, p. 201). Em resumo, a “ideologia da mineiridade” é entendida como um conjunto de valores, ideias e representações que criam uma identidade política específica relacionada à capacidade de consenso, de unificação e de síntese entre forças a princípio inconciliáveis e que foi utilizada por setores da elite mineira para dar sustentação a suas ideias e projetos em contextos específicos, notadamente no período desenvolvimentista, de 1930 a 1970 principalmente.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho se estrutura em metodologia qualitativa tendo como técnicas de pesquisa a análise bibliográfica e a pesquisa documental. A análise bibliográfica foi utilizada principalmente para compreender o conjunto de interpretações sobre a mineiridade e sua vinculação com os projetos de desenvolvimento das elites políticas mineiras. Foram mobilizados para isso livros, artigos e dissertações que versassem sobre o tema em tela. Já no caso da pesquisa documental foi acessado documentos de valor histórico para melhor composição do cenário acerca da trajetória das elites políticas mineiras e de suas respectivas lideranças. Examinou-se, nesse contexto, dados socioeconômicos e documentos afins de instituições-chave que

analisam e monitoram um conjunto variado de políticas públicas, como em arquivos eletrônicos da Fundação João Pinheiro – FJP e do Governo de Minas Gerais, além de estudos secundários que traziam dados e informações relevantes sobre as décadas de 1980 e 1990. Além disso, buscou-se ancorar em diagnósticos mais recentes sobre a situação da política e da economia contemporânea em Minas Gerais e no Brasil a fim de tentar identificar o fenômeno da ascensão de um tipo de racionalismo econômico no âmbito da gestão do estado e a consequente decadência de lideranças políticas mineiras com projeção nacional.

Por fim, é válido sintetizar o conteúdo e a disposição dos capítulos: No primeiro capítulo, intitulado “Desenvolvimentismo das elites políticas mineiras” buscou-se evidenciar, a partir de um prisma histórico, como as elites estaduais se vincularam a projetos modernizantes desde o período da Primeira República a partir do ideário de progresso e depois sob a égide do desenvolvimentismo entre as décadas de 1930 e 1970, principalmente, fechando com uma discussão da influência do desenvolvimentismo para a estruturação de políticas de estado no norte de Minas Gerais.

O segundo capítulo, intitulado “A construção da ideologia da mineiridade” se debruçou na identificação do discurso da mineiridade enquanto narrativa caracterizadora de uma identidade regional, tentando abarcar suas características fundamentais a partir do ponto de vista de determinados autores situados em contextos históricos específicos até seu tratamento crítico enquanto ideologia aglutinadora de determinados interesses dos grupos de elite em Minas Gerais, ressaltando inclusive perspectivas analíticas que criticam a mineiridade como identidade límpida e homogênea de todo o território mineiro.

O terceiro capítulo, sob o título “Racionalismo econômico e a perda de protagonismo político de lideranças mineiras” discute o surgimento de uma espécie de “gerencialismo de estado” que incorpora a lógica empresarial no âmbito da administração pública, trazendo consequências para o mundo da política. A perda de protagonismo político das elites mineiras é contextualizada a partir da situação socioeconômica do Brasil e do estado de Minas Gerais nas décadas de 1980 e 1990, bem como em conexão com o processo de pulverização partidária que caracterizou o sistema político brasileiro após a constituição de 1988. Por fim, enfatizou-se como a noção de “Estado-Empresa” ganha força, deslocando o papel do estado como promotor do desenvolvimento nas mais diversas esferas da vida e da própria importância da política como mediação de conflitos

dentro de um modelo democrático de sociedade, o que acaba por repercutir no que denominamos de crise da “ideologia da mineiridade”.

CAPÍTULO I

DESENVOLVIMENTISMO DAS ELITES POLÍTICAS MINEIRAS

A caracterização das elites políticas mineiras costuma vir acompanhada de um ingrediente fundamental: sua participação ativa no cenário nacional. O período da mineração é comumente evocado pela literatura especializada como pioneiro por contar com considerável atuação política da região mineradora que já trazia em seu bojo, de forma antecipada, uma dinâmica de vida urbana, fruto da construção das primeiras vilas que seriam espaços propícios de atuação de determinadas personalidades, como foi o caso da figura de Tiradentes, considerado símbolo da luta contra os privilégios da metrópole portuguesa no contexto da Inconfidência Mineira. Apesar de se caracterizar por um movimento de elite e que conseguiu aglutinar no máximo alguns profissionais liberais, a Inconfidência Mineira entrou para a história como marco de luta pela emancipação e liberdade da região das Minas Gerais. Portanto, alcançou repercussão nacional, servindo de inspiração e transformando-se em ponto crucial para a construção do mito ou ideologia da mineiridade (ARRUDA, 1999; DULCI, 1999).

A projeção de certas figuras políticas ganhou mais destaque com a formação oficial do estado brasileiro em 1822, desenhado como uma monarquia constitucional. Minas Gerais, na condição de província, abarcava a maior população da época, tendo também a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado. Começou-se a gestar, desde essa época, todo um imaginário calcado na noção de conciliação, de equilíbrio e de síntese em torno das elites políticas mineiras, estendendo-se até, em certa medida, a todos os mineiros. Costuma-se referenciar, para ilustrar as características mencionadas, personalidades políticas da época como Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), o Marquês de Paraná; Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) e Teófilo Ottoni (1807-1869) (MEDINA, 2018, p. 90-93).

Enquanto os dois primeiros são lembrados pela capacidade de articulação e de mediação entre “ordem e liberdade”, o último costuma ser acionado como exemplo de “empreendedorismo”, já anunciando os valores novos que a República haveria de implantar. (DULCI, 1999, p. 198-199). O ímpeto inovador de Ottoni pode ser exemplificado em empreendimento criado por ele e pelo irmão, a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri que tinha por objetivo facilitar o transporte de mercadorias até o litoral brasileiro. Data desse período, inclusive, a fundação de uma cidade batizada de “Nova Filadélfia”, o que revela notável influência do liberalismo de

marca norte-americana (CARVALHO, 2005, p. 60-61). A mineiridade enquanto representação da identidade regional já dava seus primeiros contornos.

No entanto, é com a mudança do status de província para um estado federado que se estruturou melhor a participação política das elites mineiras a nível nacional e, paralelamente, se consolidou a ideia de uma identidade regional: “Os estados, agora autônomos, buscavam registrar suas marcas próprias. E estas emergiram frequentemente de suas histórias, de que se extraíam símbolos e personagens característicos” (DULCI, 1999, p. 1999). As oligarquias mineiras, calcadas na produção do café e de outros itens de base agrária, tiveram proeminência no cenário nacional durante o primeiro período republicano (1889-1930), em grande medida a partir da conhecida “política do café com leite”¹.

Vale registrar que nessa política “[...] enquanto São Paulo era o Estado mais rico, Minas era o mais populoso e, portanto, tinha como trunfo a maior bancada – 37 deputados federais e três senadores. Assim, com a aliança, Minas se beneficiava por meio da obtenção de volumosos recursos federais” (VISCARDI, 2008, p. 102). É nesse cenário de mais autonomia política e relativa liberdade econômica para as oligarquias regionais que se encontram as raízes do desenvolvimentismo² mineiro, o qual se delineou melhor a partir de 1930, período em que o estado brasileiro passou por um processo de reestruturação política e econômica sob a liderança de Getúlio Vargas a partir dos signos da modernização e do autoritarismo.

1.1 O ideário de progresso

Os ideais relacionados ao progresso, que tiveram em Teófilo Ottoni expressivo pioneirismo em meados do século XIX, vão conformar toda uma visão de mundo das elites políticas mineiras no período republicano, servindo de semente para o

¹ É sabido que a aliança entre as elites mineira e paulista não foi tão harmônica quanto parece conforme constatou a própria Cláudia Viscardi: “A chamada conciliação mineira, nos moldes colocados pela historiografia vigente, precisa ser relativizada. Os conflitos políticos resultantes de interesses políticos divergentes estiveram presentes durante todo o período de análise” (VISCARDI, 1995, p. 51). “Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15.1995. p. 39-56.

² “Embora a ideologia e as experiências históricas desenvolvimentistas tenham uma longa história, cuja gênese remonta a meados do século XIX, foi a partir da Grande Depressão da década de 1930 que tomaram vulto em boa parte dos países latinoamericanos, destacadamente Argentina, Brasil, Chile e México, mas também Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, para mencionar os casos mais típicos. Já o pensamento econômico teórico só se consolidou nas décadas de 1950 e 1960. Para tanto, foi fundamental a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e sua capacidade para catalisar e difundir trabalhos clássicos de nomes como Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares e José Medina Echevarría, entre outros” (FONSECA, 2014, p. 31).

que viria ser caracterizado posteriormente como “desenvolvimentismo”. Filosofias sociais que se desenvolveram na Europa no século XIX foram assimiladas, em grande medida, pela intelectualidade brasileira, influenciando discursos e determinadas práticas das lideranças políticas estaduais. Nesse contexto, o positivismo³ talvez tenha sido a corrente filosófica que melhor esboçou as ideias de progresso. Seu precursor, Auguste Comte (1798-1857), contou com alguns seguidores em território brasileiro, desde a ala militar até parte considerável da intelectualidade da época (ALONSO, 1996, p. 111).

Como resultado de momento histórico marcado por intensas transformações de ordem social, política, econômica e cultural na Europa de meados do século XIX, o positivismo preconizava a necessidade de análise dos fenômenos sociais a partir de bases científicas para ter condições de executar intervenção eficaz. Comte, em seu “Curso de Filosofia Positiva” (1830-1842), inaugurava um modo de apreensão da realidade que marcaria os rumos das ciências sociais modernas. Segundo João Ribeiro Júnior,

O conjunto de suas concepções filosóficas é produto direto de sua época. Augusto Comte procurou acabar com as eternas investigações sobre o incognoscível, e, voltando-se para o mundo real, criou nele seu vasto campo de estudo e de observação para restabelecer e realizar um programa universal, que regulamentasse e regenerasse a vida humana, tanto privada como pública (RIBEIRO JÚNIOR, 1994, p.5).

De forma inédita, percebe-se a preocupação em se elaborar uma teoria capaz de analisar o comportamento coletivo com vistas a interferir nos rumos das sociedades humanas. Foi esse traço pragmático e intervencionista que talvez tenha sido mais característico de como o positivismo foi incorporado por parte de algumas lideranças brasileiras, no início do período republicano, numa mescla de teorias que também foram ganhando muita força naquele período, como o liberalismo, o organicismo, o evolucionismo, dentre outras correntes filosóficas.

Além do ideário de progresso, o positivismo trazia em seu bojo a importância da ordem, daí advindo seu famoso lema que comporia nossa bandeira nacional. Entre ordem e progresso deveria haver um equilíbrio, sob pena de prejuízos para uma dessas dimensões fundamentais e, por consequência, para o desenvolvimento das sociedades.

³ O positivismo configura-se como corrente de pensamento que ganha contornos mais nítidos em início e meados do século XIX na Europa em um contexto histórico marcado por intensas transformações de ordem social, política, econômica e cultural, resultado, em grande medida, das revoluções francesa (1789) e industrial, em sua primeira fase (1776). Essas revoluções modificaram a sociedade europeia daquela época, trazendo novos problemas passíveis de compreensão e intervenção. Enquanto proposta teórico-metodológica inovadora, o positivismo está ligado, indiscutivelmente, à figura de Auguste Comte (1798-1857) (RIBEIRO JÚNIOR, 1994).

No entanto, o apreço pela ordem talvez tenha sido o valor mais forte incorporado pelas elites brasileiras. Se o progresso desembocou no “desenvolvimentismo”, o apego pela ordem serviu para estruturar o autoritarismo como elemento constituinte de nossa cultura política, responsável por sufocar os ditames de matriz liberal.

O positivismo assume, assim, no cenário republicano de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX um conjunto de ideias que vão nortear alguns projetos de cunho modernizante, calcados em procedimentos científicos como forma de resolução dos principais problemas sociais vividos pelo Brasil. No caso mineiro, é curioso observar que “De fato, de quinze presidentes que governaram o Estado de Minas Gerais entre 1891 e 1930, onze estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo concluído seus cursos entre 1868 e 1900” (PÁDUA, 2012, p. 37). A Faculdade de Direito de São Paulo foi justamente um importante canal de veiculação das ideias positivistas da época, as quais seriam replicadas para Minas Gerais na forma de propostas e projetos inovadores para o período.

Dessa maneira, as ideias republicanas de maior autonomia política, liberdade econômica e abolição da escravidão, juntamente com o forte ideário de progresso, influenciaram a consecução do golpe que sacramentou a vitória dos republicanos, contando com a articulação entre os militares, influenciados pelo positivismo comtiano, e as oligarquias regionais, ávidas por maior participação política e aumento de lucros oriundo da exportação de gêneros alimentícios, especialmente o café. A esse respeito, é válido anotar que “Entre 1889 e 1926, o café representou em média 52,39% do conjunto de todos os produtos exportados por Minas, conferindo-lhe um caráter de extrema importância na pauta produtiva do Estado” (VISCARDI, 2008, p. 61).

A força do ideário de progresso no estado de Minas Gerais remonta justamente ao episódio da Inconfidência Mineira. Dessa forma, “No exemplo dos inconfidentes, foram buscar os republicanos mineiros a inspiração que os guiou na adesão entusiástica à causa do novo regime. Da brutalidade da repressão aos inconfidentes resultou, para os mineiros, um forte e profundo ‘sentimento republicano’” (MEDINA, 2018, p. 107). Um marco histórico importante que exemplifica a estruturação de tal sentimento foi a consecução do 1º Congresso Republicano, realizado em 1888 em Ouro Preto. Este evento congregou um rol considerável de políticos, como Cesário Alvim, Antônio Olinto e João Pinheiro, dentre outros, o que culminou na criação do Partido Republicano Mineiro – PRM –, partido esse que exerceu domínio absoluto nas decisões políticas do estado durante praticamente todo o período da Primeira República, elegendo

todos os governadores daquele contexto histórico (VISCARDI, 2008, p. 57). Segundo Carvalho, o êxito do PRM em comparação com outros partidos republicanos da época, como o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Riograndense “[...] teve a ver com sua capacidade de absorver descontentes e de incorporar, no grupo hegemônico de base agrária, setores burocráticos e lideranças intelectuais” (CARVALHO, 2005, p. 63). A incorporação dos ideais de progresso veio acompanhada da presença do autoritarismo e das práticas coronelistas que predominavam no partido e que por sinal caracterizavam o período de então. Nas palavras de Medina:

Partido que se apoiava na influência dos chamados coronéis, no interior do estado, o PRM foi, aliás, uma agremiação marcadamente autoritária, sob o controle dominador da sua Comissão Executiva. Esta, na verdade, traçava a orientação e impunha as ordens, escolhia os candidatos e realizava as eleições. Não havia convenções para esses fins. Havia, apenas, o império da vontade dos chefes, por meio da Executiva do partido, como se este obedecesse a uma organização hierárquica (MEDINA, 2018, p. 128).

Dentre as mudanças importantes que passaram a ser preconizadas na época por parte das elites dirigentes, estava a construção de uma nova capital para o estado, pois era premente substituir a então capital Ouro Preto, símbolo dos tempos coloniais, por outra agora mais sintonizada com o advento do estado republicano. Foi sob o primeiro governo eleito de forma direta, o governo de Affonso Penna (1892-1894) que foi sancionada, em dezembro de 1893, a lei que autorizava a construção da nova capital na região central do estado, conhecida como “Curral D’El Rei”, não sem muitos embates e polêmicas⁴.

No entanto, a capital estaria efetivamente construída só quatro anos depois, em 1897, sob o governo de Crispim Jacques Bias Fortes (1894-1898) (MEDINA, 2018, p. 147). A transferência da capital teve também um sentido estratégico do ponto de vista político. Segundo Carvalho, “Reduzia-se o peso político da antiga elite da zona central e mineradora e aumenta-se o das elites do Sul e da Mata” (CARVALHO, 2005, p. 64). Em verdade, Belo Horizonte se tornou um polo aglutinador das elites políticas, empresariais e intelectuais da época, fincando simbolicamente o ideário da modernidade e do progresso no estado. De fato, a construção da capital mineira constituiu-se como espécie de “embrião desenvolvimentista” (DULCI, 1999, p. 40), servindo para consolidar os propósitos das elites políticas mineiras de modernização e de encurtamento das distâncias

⁴ A disputa em torno da melhor região para a construção da capital mineira gerou intensos debates. Para mais detalhes, ver BOMENY, Helena. Guardiães da razão: modernistas mineiros. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/UFRJ, 1994.

já que se posicionava estrategicamente no centro do estado, além de ter se tornado o principal polo industrial, concentrando as primeiras indústrias siderúrgicas da região.

Em termos de projetos de modernização com o sentido de progresso, destaca-se o 1º Congresso Agrícola, Industrial e Comercial realizado em 1903, sob os auspícios do então governador Francisco Sales (1902-1906), que indicou a figura de João Pinheiro da Silva, político e empresário que seria também governador do estado, para a coordenação do congresso. O referido congresso estava inserido em uma estratégia marcante organizada pelas elites mineiras em prol da recuperação econômica do estado, qual seja, a da diversificação da economia. Apostava-se no potencial do estado de Minas Gerais no que tange à sua produção agrária e na diversidade de itens a serem comercializados.

Assim, o congresso contou com vários setores das elites mineiras ligados principalmente à produção de café, mas obtendo também a participação dos setores do comércio e da indústria. Nesse sentido, o evento tinha um norte fundamental, qual seja, o de “[...] diversificar o sistema produtivo, sem descuidar do café, e de melhorar a qualidade da produção através da sua atualização tecnológica” (DULCI, 1999, p. 46). Apesar de voltado para a realidade agrícola da região, o congresso em questão não se prendeu a uma “vocação agrícola”, já buscando formas de superação do atraso através do impulso industrializante. Notadamente, o projeto de diversificação da economia teve papel destacado dos agentes de estado, fugindo inclusive às práticas liberais mais ortodoxas que tinham destaque naquele período (DULCI, 1999, p. 49-50). Percebe-se, com isso, um primeiro esboço relacionado à capacidade estratégica que o estado teria em termos de planejamento regional.

O contexto do congresso possibilitou colocar em pauta os entraves ao crescimento econômico, tanto em sua dimensão regional como nacional. A liderança de João Pinheiro foi digna de destaque, pois o seu perfil pragmático e empreendedor foi capaz de aglutinar os interesses dos diferentes setores das elites mineiras. Pinheiro era defensor

[...] (d)o liberalismo político e (d)o Estado forte como promotor de um desenvolvimento econômico capaz de modernizar e simultaneamente solucionar problemas sociais; acreditava na base econômica sólida e na educação técnica da mão-de-obra para superar o “atraso” brasileiro (VISCARDI, 2008, p. 91).

João Pinheiro foi governador do estado de 1906 a 1908, não findando o mandato em função de morte súbita. Mesmo assim, suas ideias de progresso

permaneceram como referência para os projetos das elites políticas vindouras. Segundo Medina, João Pinheiro “[...] tinha clara visão desenvolvimentista do País, e procurou imprimir ao seu governo uma linha de atuação inspirada nas modernas concepções econômicas [...]” (MEDINA, 2018, p. 149).

Na visão de Carvalho, o ímpeto modernizante de João Pinheiro teve a ver com sua passagem pela Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1876 que trazia em seu bojo todo um ideário de crescimento econômico de viés mais técnico e pragmático. Nas palavras deste autor “João Pinheiro era adepto fervoroso do progresso, a ser atingido, sobretudo, pela educação técnica, a modernização agrícola e a pequena propriedade rural” (CARVALHO, 2005, p. 67). Pode-se dizer que a figura de João Pinheiro represente o que viria a ser o perfil das lideranças mineiras, isto é, em uma confluência entre as esferas da política e da técnica, configurando-se em um estilo “híbrido” com habilidade para governar, mas ao mesmo tempo com forte carga de intervenção na realidade. Voltaremos a este assunto no terceiro capítulo.

Em consonância com a estratégia de diversificação da economia, da qual o 1º Congresso Agrícola, Industrial e Comercial foi marco importante, a estratégia de especialização produtiva também aglutinou interesses das elites políticas mineiras. O carro chefe para tal estratégia foi o potencial mineral do estado que já era explorado, evidentemente, desde o final do Brasil-Colônia. O diferencial agora era a oportunidade de crescimento econômico por meio da indústria siderúrgica (DULCI, 1999, p. 55-56). Dulci destaca que houve uma orientação estatal, sob a influência de Artur Bernardes (1918-1922) que ocupava o comando do governo, de promover a exploração do minério para proliferação do setor siderúrgico, e não somente de extração mineral para exportação. Assim, houve uma procura do capital externo em direção ao estado mineiro, destacando-se os empreendimentos “Itabira Iron” e, de forma mais exitosa, a “Belgo-Mineira” (DULCI, 1999, p. 57).

Na visão de Clélio Campolina Diniz, “Enquanto a nação se debatia na busca de soluções para o problema siderúrgico, em Minas Gerais ia se constituindo um importante parque siderúrgico, à base de carvão vegetal” (DINIZ, 1981, p. 31). Apesar da incipiência dos projetos, houve uma considerável articulação entre o estado e o setor industrial para consecução dos projetos que viriam a contribuir para o processo de industrialização posterior na região.

A premência em se consolidar um projeto de modernização regional calcado no ideário de progresso pode ser ainda exemplificada nos próprios discursos e na

elaboração de um vocabulário específico das elites políticas da época. Em análise sobre mensagens dos presidentes do estado de Minas Gerais durante a Primeira República, Pádua enfatiza como os temas principais que estavam em discussão tinham ligação estreita com o conceito de progresso e seus sinônimos. No que tange ao vocabulário da época, a palavra “desenvolvimento” é a que aparece com mais frequência, não no sentido moderno do termo, mas sim como maneira de remoção dos óbices para que o progresso viesse a se efetivar (PÁDUA, 2012, p. 50). Já no que refere aos temas que mais se repetiram, destacam-se os relacionados à economia e finanças e educação, juntamente com outros temas de relevo como agricultura, transportes e indústria. Assim, “Para as elites políticas mineiras, o desenvolvimento material e econômico era o principal objetivo do governo e a educação do povo o fator fundamental para promovê-lo” (PÁDUA, 2012, p. 90).

As análises de Pádua coadunam-se com o diagnóstico de Dulci a respeito da visão das elites mineiras acerca do atraso econômico a que o estado estaria submetido. Isso revela como a pauta da recuperação econômica associada à importância da educação (primária e técnica) esteve presente na elaboração desse ideário de progresso que as elites políticas mineiras almejavam para seu estado, em um contexto de mudanças significativas com o surgimento de estratégias de planejamento regional, de aparecimento de uma estrutura bancária e administrativa, bem como de evolução do ensino básico e principalmente técnico e agrícola em Minas Gerais, como foi o caso da criação da Escola de Viçosa em 1926 (DULCI, 1999, p. 51-52). Foi justamente este ideário de progresso que serviu como substrato ideológico básico para o surgimento do desenvolvimentismo” que marcaria o período posterior.

Os mencionados projetos de modernização regional, quais sejam, de diversificação da economia e de especialização produtiva, se configuraram historicamente ao longo da Primeira República (1889-1930). Segundo Dulci, a partir de 1930, com a tomada do poder político por Getúlio Vargas, novas propostas de superação do atraso vão se firmar no cenário estadual sob o comando de Benedito Valadares (1933-1945), personalidade política alinhada ao governo varguista e que será de grande relevo para a política mineira do período. De acordo com Dulci, ambas as estratégias vão se alternar, sendo que o projeto de especialização produtiva vai se firmar mais propriamente a partir de 1951 quando uma “política industrial” propriamente dita começa a se desenvolver em Minas Gerais. (DULCI, 1999, p. 61-62).

O arcabouço institucional a partir de 1930 foi tendencialmente se modernizando para dar conta da tarefa que se impunha naquele momento, qual seja, a de sustentar o desenvolvimento econômico brasileiro. A política econômica adotada foi a da substituição de importações (PSI) que, principalmente após a crise internacional de 1929, buscou mudar a pauta exportadora do Brasil na tentativa de acelerar o processo de industrialização, fortalecendo as indústrias nacionais e por consequência, privilegiando o mercado interno (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2009, p. 353-354).

É fundamental destacar a atuação dos militares para a vitória do movimento de 1930. Este setor vinha demonstrando cada vez mais insatisfação com a situação de hegemonia das oligarquias regionais de Minas Gerais e São Paulo, bem como com a corrupção generalizada que ocorria nos processos eleitorais (BRIGADÃO, 2007, p. 378-379). Destaca-se também como parcela considerável da elite política mineira se engajou no movimento de 1930, por meio da Aliança Liberal, contando com a participação de políticos como Francisco Campos, Virgílio Alvim de Melo Franco, além de Olegário Maciel, então “presidente” (interventor) de Minas Gerais, mantido como mandatário do estado de Minas Gerais após o movimento de 1930, até sua morte em 5 de setembro de 1933, apesar da insatisfação da facção tenentista, que queria a nomeação de Virgílio de Melo Franco como novo interventor no estado.

Do ponto de vista político, apesar do caráter democrático da Constituição de 1934, o autoritarismo foi a marca registrada do governo varguista que, em 1937, dá “um golpe dentro do golpe” e institui o Estado Novo (1937-1945). Têm-se assim um período de desenvolvimento econômico estimulado pelo estado e sustentado por um nacionalismo de características corporativistas. Com o falecimento de Olegário Maciel, Getúlio Vargas, após muita disputa política, indicou como interventor do estado Benedito Valadares, considerado de perfil reservado e apoiador fiel do governo varguista até o seu fim, em 1945. Sua indicação foi estratégica justamente para controlar os ânimos de determinadas lideranças políticas mineiras, como Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema, ambos apoiadores do movimento de 1930, configurando-se como os nomes mais cotados para assumir o comando do estado naquele contexto político (CARVALHO, 2005, p. 69).

Sob o comando de Getúlio Vargas no plano federal, Valadares, na condição de interventor, tentou seguir e tirar algum proveito das orientações e das políticas de modernização promovidas a nível nacional. Apesar de representante da política tradicional em Minas Gerais mais ligada aos interesses da agropecuária, Benedito

Valadares tratou de articular uma política industrializante que contou com a participação de figuras empreendedoras como Israel Pinheiro e Lucas Lopes, engenheiros de formação e ligados a projetos de desenvolvimento posteriores tanto a nível estadual como nacional (CARVALHO, 2005, p. 70).

Segundo Diniz, do ponto de vista da economia, Minas Gerais passava por uma forte crise financeira na década de 1930 ocasionada pela baixa na produção de café e por forte estagnação econômica do setor siderúrgico que se estende até a década de 1940. A tentativa de uma guinada deu-se com a criação da Cidade Industrial de Contagem, em 1940, e com a inauguração de importantes empresas na área da siderurgia como a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942 e a Acesita, em 1944 (DINIZ, 1981, p. 57).

É possível afirmar que a “Era Vargas” apresentou uma série de mudanças no que concerne à atuação das elites políticas mineiras no cenário nacional. Se no início setores expressivos da elite política mineira apoiaram o golpe de 1930, não se pode dizer o mesmo conforme o autoritarismo foi se acirrando, principalmente após a instauração do Estado Novo. Pode-se dizer que se operou nessa época uma considerável polarização política entre as elites mineiras, ficando parte a favor e parte contra os governos de Vargas/Valadares (DULCI, 1999, p. 132).

Foi nessa conjuntura de insatisfação política à ditadura varguista que vem à lume, em 1943, documento que ficou conhecido como “Manifesto dos Mineiros”⁵, o qual foi assinado por um leque variado de políticos mineiros contrários ao regime autoritário então vigente. O documento postulava a importância do retorno da vida democrática para a sociedade brasileira e em especial para o povo mineiro, o qual estaria ávido por liberdade. Tal manifesto, apesar de impacto mais circunscrito à própria intelectualidade, causou incômodo ao governo. Na ocasião, alguns políticos mineiros foram perseguidos e perderam a direção de cargos públicos, o que causou imensa repercussão e contribuiu para desgastar o governo do Estado Novo, o qual estava justamente envolvido no conflito da 2ª Guerra Mundial contra os regimes totalitários da Alemanha e Itália, porém envolvido no plano doméstico com a vigência de uma ditadura (MEDINA, 2018, p. 221).

A Era Vargas delineou-se, assim, como período importante de modernização do estado e da sociedade através de propostas e projetos de cunho industrializante e centralizador. O ideário de progresso do início do século XX se materializou em um tipo

⁵No capítulo 2 retomaremos a discussão sobre este documento a partir da perspectiva ideológica que ele traz acerca da mineiridade.

de nacionalismo desenvolvimentista, o qual sufocou, em certa medida, a participação mais ativa das elites políticas regionais, com destaque para Minas Gerais. Com o fim do Estado Novo, um novo período democrático se abre para o país, o qual perduraria de 1945 até 1964, quando outro golpe de estado se sucederia. Naquele contexto, uma política marcante passaria a vigorar: a política de caráter desenvolvimentista, da qual trataremos no próximo tópico.

1.2 Lideranças mineiras e seus projetos de desenvolvimento

O período pós Estado Novo abriu para o Brasil um leque de possibilidades ligadas a projetos de modernização. O clima internacional, pós-Segunda Guerra Mundial, trazia a necessidade de reconstrução das potências atingidas pela guerra e de reordenamento das forças políticas. No plano econômico, nasceu o que a literatura especializada comumente denominou “desenvolvimentismo”. Segundo Bresser Pereira,

Desenvolvimentismo foi o nome que recebeu a estratégia nacional dos países dependentes, que só desencadearam sua industrialização a partir da década de 1930, ou então depois da Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimentismo era nacionalista porque, para se industrializarem, os países precisavam formar seu Estado nacional. O nacionalismo presente no desenvolvimentismo era a ideologia da formação do Estado nacional: era a afirmação de que, para se desenvolverem, os países precisam definir eles próprios suas políticas e suas instituições, sua estratégia nacional de desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 7)

Como conceito multifacetado, o “desenvolvimentismo” foi empregado com ênfases diferentes, ora sendo tratado mais como “ideologia” que marcou uma época e influenciou projetos de governos, ora como “política” ou “estado” desenvolvimentista, partindo esta ênfase não do plano das ideias, mas sim da experiência histórica vivenciada por diferentes países no pós-guerra. Embora as diferenças possam se fazer presentes, há, regra geral, certa convergência para um “núcleo comum” de características: 1) Existência de um projeto deliberado; 2) intervenção consciente e determinada do Estado; 3) industrialização como caminho para acelerar o crescimento econômico (FONSECA, 2014, p. 41)

Assim sendo, se a definição de Bresser Pereira tende mais para o tratamento do desenvolvimentismo a partir do que se verificou na experiência histórica latino-americana, Bielschowsky enfatiza justamente a dimensão ideológica do conceito ao dizer que o desenvolvimentismo se caracterizou como uma

[...] ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: (a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; (b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional através da espontaneidade das forças de mercado, e por isso, é necessário que o Estado a planeje; (c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e (d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 7)

Historicamente, o desenvolvimentismo representou um importante marco para a expansão do capitalismo em países periféricos dentro de um contexto de forte polarização política internacional entre EUA e URSS. A atuação da Comissão Econômica para o desenvolvimento da América Latina e Caribe – CEPAL – foi importante naquele período. Criada em 1948 como uma ramificação da Organização das Nações Unidas – ONU – no contexto internacional do pós-guerra, a CEPAL se formou a partir da associação das forças aliadas vencedoras da guerra em reunião que ficou conhecida como Conferência de Bretton Woods⁶. Havia uma necessidade de reordenação das forças políticas e de regulação da economia global com objetivos marcadamente pragmáticos, ligados à necessidade de reconstrução da Europa e, por conseguinte, de recuperação econômica das nações envolvidas no conflito mundial.

Organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI – e a Organização das Nações Unidas – ONU – datam desse período. Sob a liderança dos Estados Unidos da América do Norte, tais organismos auxiliaram na conformação de uma nova ordem mundial a partir da hegemonia norte-americana. Salutar destacar nesta breve contextualização histórica foi como as lideranças políticas brasileiras e mais especificamente mineiras se articularam internamente para se integrarem aos projetos de desenvolvimento nacional que davam a tônica do momento.

No âmbito estadual, destaca-se o governo de Milton Campos (1947-1951), eleito na coligação liderada pela União Democrática Nacional – UDN – em Minas Gerais.

⁶ Em julho de 1944, o sistema financeiro internacional estava despedaçado [...]. Foi nessa atmosfera que 730 delegados de 44 países, o Brasil entre eles, encontraram-se na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O objetivo era urgente: reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 18/09/2018.

Dando margem ao contexto de hegemonia do desenvolvimentismo, Campos foi responsável pela construção de alicerces para a promoção do desenvolvimento econômico no estado. É de sua autoria o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção Siderúrgica, de 1947, considerado a primeira proposta de planejamento regional do Brasil.

Segundo Diniz, delineia-se neste plano um enfoque para a industrialização como saída efetiva para a estagnação econômica em Minas Gerais. Para tanto, destaca-se no âmbito do plano a implementação da taxa de Serviços de Recuperação Econômica e a Política de isenção de impostos estaduais como duas medidas pioneiras para tentar atrair investimentos e alavancar a economia do estado (DINIZ, 1981, p. 65).

Pode-se dizer que o Plano de Recuperação Econômica e Fomento foi a primeira medida concreta de estímulo à concentração industrial em Minas Gerais. Embora essa tenha sido pequena na primeira fase, a partir da década de 1950 acelerou-se o processo, cujos resultados podem ser avaliados a partir da atual situação urbana industrial da área metropolitana de Belo Horizonte (DINIZ, 1981, p. 68-69).

Percebe-se no âmbito deste plano uma já fecunda articulação entre as dimensões da política e da técnica, tendo o estado como promotor do desenvolvimento. Digno de destaque foi a participação ativa de Américo Giannetti, empresário de expressão na época que presidia a estratégica Secretaria de Agricultura, a qual foi responsável por encabeçar o referido Plano. Nesse sentido, “A contribuição da assessoria técnica aparece claramente nos discursos de Milton Campos, que se transformaram em formulações sequenciais de um programa de governo. Eis aí o alicerce político do Plano de Recuperação Econômica” (DULCI, 1999, p. 79).

A perspectiva de desenvolvimento industrial adotada pelo governo Campos caracterizou um modelo vinculado à UDN, mais afeito à estratégia de diversificação da economia, com o estímulo às vocações produtivas de cada região do estado a fim de propiciar uma maior integração regional e um conseqüente equilíbrio do denominado “mosaico mineiro”. De acordo com Dulci, “O que se tentou foi um modelo de articulação do crescimento da agricultura e da indústria que procurava equacionar o problema do atraso econômico em termos de equilíbrio estrutural entre cidade e campo” (DULCI, 1999, p. 86).

Pode-se dizer que o governo Milton Campos preparou as bases para a industrialização em Minas Gerais, industrialização essa que iria se processar com mais ímpeto no governo de Juscelino Kubitschek (1951-1955). JK, pertencente ao Partido

Social Democrático – PSD –, foi uma liderança política marcante do período, constituindo-se como personalidade que é acionada tipicamente por exemplificar os ideais desenvolvimentistas. Segundo Benevides, “Mais do que a encarnação da velha ‘conciliação’ – recorrente na história de nossas elites – o talento de JK consistia na provocação contagiante de um ‘estado de espírito’ de esperança e otimismo” (BENEVIDES, 1991, p. 13).

Seu ímpeto modernizante já ficou delineado quando foi prefeito de Belo Horizonte em 1940, sob indicação de Benedito Valadares, ainda no contexto do Estado Novo, onde promoveu obras básicas de infraestrutura. Como governador do estado, ampliou investimentos na área de infraestrutura, em especial as áreas de energia e transportes, as quais se transformaram em slogan de campanha, tanto numa dimensão regional como nacional. Destaca-se desse período a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG – criada em 1952, a qual foi responsável, em grande medida, pelo êxito no setor energético (DINIZ, 1981, p. 74). Dessa forma, “A CEMIG transformou-se, assim, numa verdadeira escola e centro do qual saiu um grande número de técnicos e dirigentes para assumir, não só grande influência no setor energético nacional, como também importantes postos na administração pública federal e estadual” (DINIZ, 1981, p. 74).

Nesse contexto, enfatiza-se que a atuação de Juscelino Kubitschek a frente do executivo estadual já constituía símbolo do que foi a atuação direcionada do estado para superação do atraso econômico de Minas Gerais, atraso esse que estava frequentemente na ordem do dia nas falas e discursos das elites políticas do período. Segundo Dulci, Kubitschek abandonou, em grande medida, os projetos de modernização “para dentro” com a intenção de focar em projetos mais específicos de desenvolvimento baseados no binômio já referido do investimento em energia elétrica e transporte rodoviário.

A perspectiva de desenvolvimento adotada pelo governo JK e, por extensão do modelo do PSD, abriu mão de uma estratégia mais global para a adoção de uma política de especialização produtiva voltada para a industrialização (DULCI, 1999, p. 94). Assim, a Secretaria de Agricultura, que tivera atuação destacada no governo anterior da UDN, perdeu espaço para uma orientação localizada de órgãos de caráter mais técnico, como a CEMIG, bem como um forte incentivo para a criação de estradas consubstanciado no Departamento de Estradas de Rodagem – DER –, o que fortaleceu o capital externo vinculado ao setor automobilístico se instalar na região (DULCI, 1999, p. 96-98).

Como presidente da República entre 1956 e 1961, Juscelino Kubitschek se destacou por propor a construção de uma nova capital para o país que era um dos pontos de seu “Plano de Metas”. Nas análises de Diniz, a construção de Brasília foi importante para superar o isolamento geográfico a que Minas Gerais estava submetida até então. O investimento em pavimentação rodoviária tornava-se, assim, uma imposição para efetuar várias ligações da nova capital com o restante do Brasil. Segundo Diniz, “Brasília foi, assim, a oportunidade para acelerar a superação do isolamento geográfico em que se encontrava o Estado” (DINIZ, 1981, p. 96).

Talvez JK tenha sido o político daquele período que melhor conseguiu equacionar os conflitos de interesses dos vários setores da sociedade. A aliança entre nacionalismo, desenvolvimentismo e investimentos externos permitiu um “boom” no desenvolvimento econômico, sustentando o modelo desenvolvimentista ainda por algum tempo, apesar de graves problemas de ordem econômica como aumento da inflação conjugado com altas taxas de endividamento externo (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2009, p. 365-366). Nas palavras de Benevides: “[...] o populismo juscelinista pode ser visto como um tipo de conciliação, ao mesmo tempo modernizante e conservadora, e como um ‘novo’ nacionalismo voltado para as experiências de um capitalismo periférico e dependente do capital estrangeiro” (BENEVIDES, 1991, p. 16).

Numa análise similar, Miriam Limoeiro Cardoso avalia como o desenvolvimentismo propagado nos discursos de JK articulou pontos importantes como prosperidade, soberania nacional, progresso e ordem. O desenvolvimento, tendo como base a industrialização, passava a ser o grande motor que seria responsável pela superação do atraso econômico e responsável maior pela geração de bem-estar generalizado.

Como grande e constante preocupação de JK encontra-se a industrialização do país. Ele acredita que com o advento industrial, com o crescimento da indústria pesada, virá o aumento da riqueza, virá a prosperidade, que não atinja apenas grupos particulares, mas a sociedade inteira: todos que a compõem poderão beneficiar-se do progresso alcançado (CARDOSO, 1978, p. 94).

O combate à miséria passa a ser um dos alvos do desenvolvimentismo, pois a miséria era interpretada como elemento nocivo, gerador de insegurança e desordem (CARDOSO, 1978, p. 163). Do ponto de vista da política econômica, o desenvolvimentismo preconizava superar o estado de subdesenvolvimento, na busca constante de um desenvolvimento autônomo. Nas palavras dessa autora, “Aqui se expõem a grande meta, o cerne do projeto, ao que não se está disposto a permitir que nada

constitua entrave, o que não se discute: o desenvolvimento. É ele o grande móvel da ação, é ele o grande objetivo explícito dos esforços em todos os níveis” (CARDOSO, 1978, p. 224).

Nesse contexto, o papel desempenhado por lideranças políticas como JK foi primordial por justamente conseguir congrega interesses difusos numa mesma orientação político-ideológica, qual seja, a do desenvolvimentismo. A alternância dos governos no período da segunda república (1945-1964) entre os dois principais partidos, a UDN e o PSD, apesar das divergências doutrinárias, revelaram certa linha de continuidade em prol de um projeto industrializante que pudesse recuperar o desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais no cenário nacional contando com a efetiva participação das estruturas de estado para levar a cabo tal objetivo (DULCI, 1999, p. 105).

Ainda sob a égide do desenvolvimentismo, destaca-se a gestão do governador Magalhães Pinto (1961-1966), a qual foi responsável pela criação de empresas na área de energia elétrica e da mineração, bem como pela criação, em 1962, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Nas análises de Diniz, verificou-se um momento de crise econômica no início da década de 1960 no Brasil em função de problemas relacionados ao aumento da inflação, aumento do endividamento externo, entre outros fatores, o que repercutiu em uma frustração de expectativas por parte das elites políticas em Minas Gerais no que concerne à tão almejada superação do atraso econômico. Nesse sentido, o BDMG cumpriria papel relevante na área do planejamento econômico, incentivando investimentos não só em grandes projetos, mas também em indústrias de pequeno e médio porte (DINIZ, 1981, p. 151).

Como exemplar do esforço de articulação dos grupos de elite em âmbito estadual, é salutar destacar a consecução do 1º Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional, em 1965, bem como a elaboração do Diagnóstico da Economia Mineira (1967-1968). Segundo Diniz, este último documento foi uma expressão, de caráter técnico-científico, da insatisfação dos grupos de elite mineiros em relação a situação econômica do estado. Dessa maneira

O diagnóstico confirmava a concepção generalizada de que Minas fora sempre explorada. Inicialmente, através da extração de ouro e pedras preciosas. Depois, pelo fornecimento de minério de ferro e de produtos primários aos polos industriais. Por fim, através de insumos industrializados (aço e cimento, principalmente) e de energia elétrica, para acelerar a industrialização de São Paulo (DINIZ, 1981, p. 157).

Um ponto que merece ser salientado diz respeito à presença marcante da tecnocracia⁷ em Minas Gerais e seu envolvimento em projetos de desenvolvimento desde a época do Estado Novo. Na década de 1960, a tecnocracia esteve ancorada principalmente em duas instituições públicas: a CEMIG e o BDMG. Ambas as instituições carregaram, em grande medida, o desenvolvimentismo aplicado às noções de planejamento regional e gestão racional dos recursos públicos. Segundo Diniz, a tecnocracia acabou por representar muito mais os próprios interesses do empresariado mineiro, o qual teve dificuldades históricas de representação enquanto classe específica (DINIZ, 1981, p. 158-159).

O governo Magalhães Pinto, apesar de preocupado com a questão da industrialização em Minas Gerais, recuperou a perspectiva de desenvolvimento característica da UDN dos tempos de Milton Campos, na tentativa de compatibilizar desenvolvimento industrial e investimentos na agricultura. Dessa forma, apesar de seu perfil empreendedor, com uma trajetória de empresário na área bancária, o governo Magalhães Pinto não prescindiu da participação do estado na organização e diversificação da economia mineira (PETTERSEN, 2007, p. 161-162).

O governo posterior de Israel Pinheiro, pertencente ao PSD (1966-1971), também pode ser enquadrado como continuador das estratégias de desenvolvimento econômico e planejamento regional para Minas Gerais. Filho de João Pinheiro, Israel conservou uma tradição na política mineira cuja estratégia marcante foi conciliar os interesses dos setores de elite para conjugar um projeto de desenvolvimento comum para o estado, com destaque para sua participação na fundação da Companhia Vale do Rio Doce e também na consecução da construção de Brasília durante o governo presidencial de JK (VISCARDI, 2008, p.184). Apesar do ímpeto modernizador, o governo Israel Pinheiro precisou se adequar à lógica ditatorial que vigia naquele período, não possuindo plena liberdade para governar e propor projetos para combate do atraso econômico relativo do estado de Minas Gerais.

Percebe-se, até aqui, como o desenvolvimentismo foi o carro-chefe para um conjunto de projetos, políticas e propostas de cunho industrializante e modernizador que vigorou sobretudo ao longo das décadas de 1950 e 1960, mas que abarcou este grande período da histórica política brasileira que vai de 1930 a fins da década de 1970. Suas raízes históricas estão ancoradas no imaginário das elites políticas desde o primeiro

⁷ Sobre a presença da tecnocracia na política mineira, ver mais detalhes no capítulo 3.

período republicano, sendo mais explícitas durante o período democrático pós-Estado Novo, com a atuação de políticos eminentemente “desenvolvimentistas”.

Apesar da ruptura institucional ocorrida com o golpe de 1964 e a consequente instauração da ditadura militar, o desenvolvimentismo continuou presente de forma marcante, pois o estado, agora sob uma roupagem autoritária, continuou a patrocinar projetos de desenvolvimento. Trata-se, em verdade, de um modelo de “modernização autoritária” no dizer de Rodrigo Patto Sá Motta, o qual compatibilizou “repressão e expurgos ideológicos (nem sempre radicais), mas reorganização econômica sob o signo do planejamento e modernização” (MOTTA, 2008, p. 198).

No período da Ditadura Militar (1964-1985), houve novamente um movimento de centralização política sob a égide do autoritarismo e com forte projeção da tecnocracia no que se refere à gestão de projetos modernizantes. Com isso, observa-se uma perda de hegemonia das elites tradicionais mineiras que ao longo da história se acostumaram a participar como protagonistas do jogo do poder, embora muitos políticos mineiros tivessem apoiado o golpe de 1964. Nesse sentido, Motta coloca que “É significativo referir que os líderes mineiros alçados à Presidência do País chegaram ao posto pela via eleitoral; durante os períodos de exceção nenhum deles ascendeu ao poder, salvo em casos de interinidade” (MOTTA, 2008, p. 197).

O período conhecido como “Milagre Econômico” (1968-1973) registrou, de fato, as maiores taxas de crescimento do produto interno bruto, com média anual na casa dos 10%. O lastro desse milagre foi a conjugação de alguns fatores como: planejamento estatal, aumento da arrecadação tributária, contenção de salários e aumento de investimentos estrangeiros, tudo isso dentro do contexto de acirramento do autoritarismo, principalmente após a implementação, em 1968, do AI-5 (MOTTA, 2008, p. 199). Diniz destaca que este período foi caracterizado por uma expansão do capital com tendência à desconcentração espacial das indústrias, o que acabou por beneficiar o estado mineiro com importantes projetos na época, como foi o caso da implantação da fábrica da FIAT em 1973 (DINIZ, 1981, p. 213).

Nas eleições indiretas para governadores dos estados formalizadas pelo AI-2 em 1965, Rondon Pacheco (1971-1975) foi indicado indiretamente pela ALMG para ocupar o cargo em Outubro de 1970. Na sua gestão, promoveu o Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1976) na tentativa de dar prosseguimento às políticas de incentivo ao desenvolvimento do estado. Data dessa época também a criação da Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais –

PRODEMGE - responsável por unificar e racionalizar dados e informações de todas as secretarias do estado. É possível destacar ainda que

Em seu governo, foram implantados nada menos do que 479 projetos industriais de médio e grande porte no Estado, dentre os quais a instalação da Fiat Automóveis, em Betim, é o feito mais comemorado. De fato, o PIB mineiro duplicou no governo Rondon Pacheco, registrando uma taxa média de crescimento anual da ordem de 16,4%, que perduraria até 1977 (MOTTA, 2008, p. 203).

Os governos estaduais que se sucederam via indicação dos militares continuaram tentando adequar a fórmula de desenvolvimento econômico sem contrariar os interesses políticos então vigentes. No entanto, o regime militar já começava a se enfraquecer em fins da década de 1970 e durante a década de 1980, sofrendo pressão política a partir de protestos civis, greves sindicais, articulação de movimentos sociais e de partidos políticos em prol do retorno da democracia.

Nessa conjuntura, mesmo ainda sob vigência da ditadura militar, em função da intensa movimentação de partidos políticos, sindicatos e movimento sociais, o governo teve que ceder às pressões, realizando eleições diretas para governadores do estado em 1982. Dessa maneira, Tancredo Neves (1983-1984) se sacramentou no executivo estadual, estabelecendo um governo de conciliação em meio a um contexto específico de transição de regime político. O próprio Tancredo, como é sabido, é tido como o “arquiteto da redemocratização”, visto sua participação efetiva nos bastidores do poder para a retomada democrática no país, sendo eleito de forma indireta pelo Colégio Eleitoral em 1985 vencendo a disputa contra Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, iniciando, dessa forma, a chamada “Nova República” (MOTTA, 2008, p. 233).

Vale lembrar que o partido pelo qual Tancredo Neves foi eleito, o então MDB, teve grande influência em Minas Gerais e, de forma mais ampla, no Brasil. O antigo MDB atuou como “oposição consentida” ao partido da situação, o ARENA. Foi cada vez mais se fortalecendo e ganhando projeção nacional. Dessa forma,

Além de Tancredo, a oposição elegeu mais nove governadores em 1982. Já para a Câmara dos Deputados, o PMDB conquistara 200 vagas, o PDT, 24, o PTB, 13 e o PT, oito, enquanto que no Senado os peemedebistas ficaram com 21 cadeiras e o PDT e o PTB com duas (MOTTA, 2008, p. 235).

A atuação destacada de Tancredo Neves talvez marque umas das últimas lideranças políticas mineiras com projeção nacional, visto que, a partir de então, um novo conjunto de valores, de ordem neoliberal, passou a marcar o jogo político no Brasil e no

mundo. Mas, antes disso, é imperativo refletir sobre como o desenvolvimentismo influenciou projetos de modernização regional no âmbito do norte de Minas Gerais, região chamada de “Polígono das Secas”, incluída na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, também contemplada a partir de 1959 com a política de incentivos fiscais e programas especiais do governo federal e de agências internacionais de desenvolvimento.

1.3 O desenvolvimentismo no norte de Minas Gerais

Chama atenção o fato de que o estudo acerca da trajetória política das elites mineiras não mencione praticamente a participação das lideranças do norte de Minas Gerais na composição do jogo político das elites estaduais e suas conexões com projetos de modernização. Assim sendo, torna-se importante para nossa contextualização histórica a inclusão dessa região que, conforme se sabe, foi historicamente negligenciada pelo poder público estadual, sendo frequentemente interpretada como uma região “carente”, com predominância da pobreza e sem possibilidades de desenvolvimento econômico autônomo.

Em estudo sobre o poder local em Montes Claros, cidade que é tomada como referência no norte do estado, Evelina Antunes de Oliveira realizou uma contextualização histórica da composição política das elites locais, tentando equacionar as relações estabelecidas com as elites estaduais e o poder central. Esta autora procura abordar as relações de poder em Montes Claros antes e depois do processo de industrialização na região, buscando enfatizar a preponderância dos interesses conservadores que passaram por um processo de acomodação, mantendo seu domínio durante todo o período analisado (OLIVEIRA, 1994, p. 14).

De partida, a autora enfatiza a tradição agrícola da região, com destaque para as plantações de algodão e criação de gado que historicamente caracterizaram a pauta econômica desde o período colonial, o que fez com que a cidade de Montes Claros ficasse conhecida como um importante “entreposto comercial” (OLIVEIRA, 1994, p. 16). Segundo Pereira, “A pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram a base da economia regional dos séculos XVII, XVIII e XIX. A pecuária adentrou o sertão, favorecida pelas pastagens naturais e terrenos salinos”, sendo notável uma articulação entre pecuária e agricultura: “Ao lado das fazendas, formando pequenas povoações, viviam vaqueiros, agregados, trabalhadores livres e escravos, que cultivavam milho,

feijão, mandioca e cana-de-açúcar” (PEREIRA, 2007, p. 34). A produção de base agropecuária trouxe sérias implicações de ordem política com predominância de fenômenos como o paternalismo e o coronelismo, em função, em grande medida, da ausência da atuação do poder público. Nas palavras da autora:

O que constatamos da formação conservadora de Montes Claros é exatamente isto: de início, um contato direto entre os chefes locais e o poder central e, gradativamente, a ampliação dos poderes políticos, quer pelo fortalecimento das estruturas políticas locais, quer pelo caminho adotado pela elite para se modernizar, ou ainda pela trajetória da política partidária até a inversão social e econômica dos anos sessenta (OLIVEIRA, 1994, p. 17).

A participação governamental mais efetiva na região costuma ser referenciada nos anos de 1920 e 1930 com os projetos na área dos transportes ligados à construção de ferrovias.

No ano de 1897, após a inauguração da cidade de Belo Horizonte e implantação da ferrovia no Norte de Minas no período de 1908 a 1950, a dinâmica de integração da região aos demais centros de Minas Gerais se intensificou, de forma que a implantação da ferrovia desempenhou um papel preponderante para tanto, em razão do incremento ao comércio de gado, por meio das fazendas de engorda, que vendiam os animais às margens da ferrovia (SANTOS; SOUTO, 2014, p. 72).

Destaca-se a atuação de Francisco Sá, como ministro da Viação e Obras Públicas, durante o governo presidencial de Artur Bernardes, em 1922, como importante articulador para angariar verbas e trazer projetos para a região (OLIVEIRA, 1994, p. 19). A construção de ferrovias constituía em um símbolo dos tempos modernos nas primeiras décadas do século XX, fortalecendo o ideário de progresso para a região. Data dessa época também os primeiros investimentos na área de infraestrutura e de construção de rede de captação de água em Montes Claros.

Durante a vigência de Benedito Valadares, como interventor em Minas Gerais, houve as primeiras iniciativas no sentido de se urbanizar e industrializar a região do Norte de Minas. Algumas lideranças locais vão se esforçar para atrair a atenção do governo estadual, sendo que alguns projetos conseguiram êxito.

Um bom indicativo da nova linha de governo é a instalação dos serviços de energia elétrica para população urbana do município. Após percorrer o mesmo caminho do abastecimento de água (negociações e experiências técnicas) a rede elétrica se instala com a inauguração da Usina hidroelétrica de Santa Marta em 1944. Esta, juntamente com a Usina Pai Joaquim, no Sul de Minas, são as duas iniciativas do governo Valadares para tentar suprir a energia elétrica de que tanto precisava seu projeto industrializante (OLIVEIRA, 1994, p. 30).

Pereira menciona a participação de entidades de classe que aglutinavam interesses de setores da elite regional como a Sociedade Rural de Montes Claros (SRM), inaugurada em 1944, tendo como seu primeiro presidente o pecuarista Geraldo Athayde; e a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros (ACI), surgida em 1949, tendo a figura de Plínio Ribeiro dos Santos como seu primeiro representante. Trata-se de indicação valiosa para se perceber a considerável mobilização que grupos regionais, tanto tradicionais como emergentes, exerciam no período anterior à industrialização via SUDENE no sentido de modernização da região (PEREIRA, 2007, p. 38-39).

É inegável, no entanto, que um conjunto mais robusto de investimentos vai passar a vir em direção à região do norte de Minas a partir da década de 1960, período em que o desenvolvimentismo era ainda predominante.

Até aqui, Montes Claros desponta dentro de uma região que permanece estagnada. A partir de então, a penetração do capital do Centro-Sul irá cuidar trazer alterações para toda região. A SUDENE chega e encontra um restrito parque industrial assentado na produção de gêneros da indústria tradicional, voltada principalmente para o mercado regional, e os setores de comércio e de serviços de importância histórica na organização da economia local (OLIVEIRA, 1994, p. 48).

Com inauguração em 1959, a SUDENE teve participação ativa na atração de projetos industriais em áreas que historicamente foram caracterizadas pelo isolamento geográfico. Nas análises de Oliveira “Como parte do processo de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, a SUDENE vem a ser uma iniciativa inédita na administração e na política do país, quando o estado também toma para si a função de produtor capitalista [...]” (OLIVEIRA, 1994, p. 61). A perspectiva adotada era de atração do capital por meio de incentivos fiscais como forma de compensação às dificuldades de acesso às regiões mais desfavorecidas economicamente.

Logo quando da criação da SUDENE, os grupos de elite em âmbito regional e estadual se organizaram para reivindicar a inclusão do Norte de Minas como integrante da área de atuação do órgão federal, área que já era conhecida como o “Polígono das Secas”. Em 1959 a região foi incluída, passando a ser chamada de área mineira da SUDENE ou do Nordeste. (OLIVEIRA, 1994, p. 62).

Evelina Antunes de Oliveira enfatiza a criação de dois empreendimentos pioneiros que receberam incentivos da SUDENE e que sinalizam a aliança entre elites regionais, estaduais e capital privado. São eles o FRIGONORTE, indústria que beneficiava a demanda histórica dos setores tradicionais da elite regional ligada à área da pecuária; e a MATSULFUR, indústria de exploração de cal para fabricação de cimento

que representava os interesses do empresariado de fora da região (OLIVEIRA, 1994, p. 69).

Apesar da rápida inclusão do norte de Minas Gerais na área de atuação da SUDENE, os investimentos foram irrisórios na região nos primeiros anos da década de 1960. Uma inflexão importante ocorreu com a reunião do Conselho Deliberativo do órgão federal que aconteceu em Montes Claros no ano de 1965. Além de contar com políticos das esferas federal, estadual e regional, a reunião resultou na criação de escritório da SUDENE sediado em Montes Claros com o fito de facilitar a comunicação das demandas regionais com a sede do órgão em Recife, no estado de Pernambuco (PEREIRA, 2007, p. 52). A partir daí um conjunto de empreendimentos passou a chegar para a região, com destaque para os municípios de Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma⁸ (DINIZ, 1981).

Em consonância com a atuação do governo federal em combater as desigualdades regionais, é criada em 1966 a SUDEMINAS, depois denominada SUDENOR, superintendência de atuação regional (norte de Minas) cujo objetivo era viabilizar o desenvolvimento econômico no norte de estado (DINIZ, 1981, p. 163-164). Em documento oficial, desta superintendência, aparece a concepção de que o norte de Minas teria, em seu bojo, uma “vocação desenvolvimentista” em função de ser historicamente região de fluxo, o que justificaria a premência em estruturar projetos de desenvolvimento com o apoio do estado. Segundo este documento, “A política de incentivos fiscais passou, pois, a funcionar como um instrumento de atração para implantação de projetos industriais, agroindustriais e agropecuários” (SUDENOR, 1983). Em verdade, a desconcentração espacial na década de 1970 favoreceu em grande medida a industrialização da região do norte de Minas. Nas palavras de Diniz:

No período de 1970/77 foram definidas as implantações de 31 novas indústrias na região, sendo 20 em Montes Claros, 5 em Pirapora e 5 em Várzea da Palma [...] O Norte de Minas, através dos três municípios mencionados, transformou-se em importante centro industrial, cujo peso econômico passa agora a se somar como nova forma de atração locacional (DINIZ, 1981, p. 197).

Fazendo uma conexão com a projeção dos governos estaduais na região do norte de Minas, é forçoso refletir acerca das propostas e projetos governamentais durante o governo de Francelino Pereira dos Santos (1979-1983). Este governador, nomeado pelo

⁸ Para ter detalhes dos projetos instalados na região incentivados pela SUDENE, consultar tabela 31 (DINIZ, 1981, p. 197).

regime militar no final dos anos 1970, talvez por sua origem nordestina, foi o que mais se empenhou em frisar a importância em se combater os desequilíbrios regionais dentro do estado durante aquele período, o que trouxe considerável estímulo em termos de uma política econômica e industrial para a região. Em discurso proferido no II Congresso Nacional sobre o Nordeste realizado em São Paulo em 21 de setembro de 1979, o então governador Francelino Pereira enfatizou que “Região mais carente do País, em consequência de desequilíbrios econômicos que se tornaram crônicos, o Nordeste brasileiro se estende naturalmente até o Norte de Minas Gerais, que é a área que preocupa prioritariamente o meu Governo” (SANTOS, 1981, p. 18).

Já no dia 12 de novembro de 1979, no contexto do Seminário Minas – SUDENE, realizado em Montes Claros, Francelino Pereira, já como governador do estado, declarou que

Gostaria que hoje estivessem aqui, nesta cidade de Montes Claros, todos aqueles que tão duramente criticaram a SUDENE, ao longo desses seus 20 anos de existência. No contato direto com a realidade transformada do Norte mineiro - entre as dezenas de indústrias modernas que aqui se instalaram -, talvez revissem suas posições extremadas. Talvez admitissem que as profundas mudanças aqui ocorridas, na economia e na sociedade, jamais seriam atingidas sem a presença e a ação da SUDENE (SANTOS, 1981, p. 9)

Trata-se, em verdade, de discurso eufórico a respeito das benesses que a SUDENE possibilitou para a região, por meio de incentivos fiscais. O governador mineiro chama a atenção ainda para programa na área da habitação que veio como estímulo fundamental para o desenvolvimento econômico da época: “Incluída no Programa de Cidades de Porte Médio, Montes Claros terá agora todos os recursos necessários – mais de Cc\$ 23 milhões – para a construção de sua avenida sanitária, indispensável à implantação de outros projetos [...]” (SANTOS, 1981, p. 13). Tal programa tinha por objetivo estruturar as cidades médias a fim de evitar os fluxos migratórios para as regiões metropolitanas. Assim foram realizadas algumas obras como a construção da Central de Abastecimento do Norte de Minas – CEANORTE -, a canalização do córrego do Cintra, bem como a construção de creches, lavanderias comunitárias e asfaltamento de algumas vias (OLIVEIRA, 1994, p. 89).

A questão dos transportes passou a ser tema recorrente nos discursos das elites políticas da época, e a região do norte de Minas era um importante espaço para se investir nessa área. Francelino Pereira não deixa de enfatizar os investimentos nesse setor estratégico, fazendo menção ao asfaltamento da BR-122 que atravessa o Vale do

Gorutuba; a BR-251 que faz a ligação de Montes Claros com a Rio-Bahia; e a BR-125 que se comunica com as cidades de Januária e de Correntina na Bahia. O governador de então arremata: “São obras prioritárias, inadiáveis, e sua execução, no mais breve prazo possível, é um dever e um compromisso que o Governo tudo fará para cumprir” (SANTOS, 1981, p. 22).

Dessa maneira, observa-se um esforço institucional em todas as esferas de atuação para integrar regiões como o norte de Minas no conjunto da economia estadual e nacional. O que é digno de destaque é como o desenvolvimentismo esteve presente de forma marcante na consecução de projetos de caráter industrializante, com patrocínio explícito do estado através de seus órgãos específicos.

De uma perspectiva crítica, o modelo de industrialização com incentivos da SUDENE constituiu-se como parte integrante de expansão do grande capital, com origem no centro-sul do país, o qual contou com a participação direta do estado aos moldes desenvolvimentistas da época, o que não invalida dizer que houve expressiva participação das elites regionais para consecução do projeto industrializante, projeto esse que já constituía pauta nas principais entidades representativas da época tanto tradicionais como emergentes.

Se no plano econômico o desenvolvimentismo era hegemônico, nos planos político e cultural havia também um conjunto de ideias que davam certa integração aos grupos de elite. Trata-se da mineiridade, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA IDEOLOGIA DA MINEIRIDADE

A trajetória política das elites mineiras e suas conexões com projetos de modernização regional durante o período de hegemonia do desenvolvimentismo, principalmente de 1930 a 1970, constituiu-se como um dos exemplos mais claros acerca de um conjunto de representações criadas no imaginário político nacional sobre as peculiaridades dos políticos mineiros. É claro que as referências a lideranças “marcantes” antecedem a época de vigência propriamente dita do desenvolvimentismo, com destaque para a figura de João Pinheiro que no início do século XX, envolvido em ideário de progresso de marca positivista, se consagrou pelo pioneirismo de suas ideias. Em meados do século XX, entretanto, outras personalidades de âmbito regional viriam a ganhar repercussão nacional pela força de suas ideias e/ou de seus projetos, como foi o caso de Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, ambos reconhecidos por um jeito específico de fazer política, tendo a conciliação, o equilíbrio e a capacidade de negociação como marcas registradas. Esse perfil de político endossa as ideias relacionadas à mineiridade, analisada como “mito” por Arruda (1999) e como “ideologia” por Dulci (1999).

Faz-se necessário refletir sobre os significados da mineiridade relacionados com a gestação de determinadas lideranças políticas estaduais e como tal discurso de conciliação, de moderação e de síntese ou unidade nacional serviu para justificar determinadas práticas em momentos históricos específicos. Mineiridade e desenvolvimentismo entendidos enquanto mecanismos ideológicos estabeleceram um casamento frutífero, cujos resultados se evidenciaram na projeção das elites políticas mineiras, tanto regionalmente como nacionalmente. O cenário de fins do século XX para o início do século XXI é que demarca um momento de crise econômica do sistema capitalista e dos estados nacionais, refletindo na abrangência e na eficácia que tanto o desenvolvimentismo quanto a mineiridade exerciam. Os tópicos que se seguem visam justamente analisar o discurso da mineiridade e sua posterior utilização enquanto instrumento ideológico utilizado por grupos de elite em Minas Gerais para posteriormente refletir sobre seu estado atual de “crise”.

2.1 A mineiridade como discurso de identidade regional

A historiografia sobre a mineiridade revela quatro momentos chave da história política brasileira ao longo do século XX em que houve produção considerável de discursos relacionados à mineiridade⁹: a Primeira República, a transição entre o Estado Novo e os governos democráticos, o Golpe de 1964 e a fase de abertura e redemocratização durante a década de 1980 (RAMALHO, 2015, p. 36).

A primeira república, conforme já foi salientado, constituiu-se em período histórico de formação oficial dos estados e da consequente adoção do federalismo, o que conferiu um conteúdo mais expressivo à problemática acerca das identidades regionais. É óbvio que a ideia de pertencimento a uma determinada região é uma construção histórica, o que no caso de Minas Gerais e de outros estados brasileiros remonta ao período colonial e a determinados acontecimentos que marcaram a vida política e cultural nos respectivos estados.

Na caracterização da mineiridade como mito, Arruda enfatiza como a Inconfidência Mineira se constituiu como marco fundador desde o século XIX do que viria a se constituir como “mineiridade” (ARRUDA, 1999, p. 198-199). O memorialismo mineiro é repleto de exemplos de vinculação das origens regionais, em um constante movimento no tempo onde o passado é considerado puro e cheio de glórias e o presente é encarado como impuro e permeado por dificuldades. Assim, o saudosismo de um tempo distante adquire, predominantemente, ares conservadores (ARRUDA, 1999, p. 204-205). Durante o primeiro período republicano, é possível identificar esse “ar conservador” na atuação do historiador Diogo de Vasconcelos, intelectual que viveu na transição do século XIX para o século XX, vivenciando, portanto, a fase do Brasil como monarquia constitucional e posteriormente como república federativa. Vasconcelos foi responsável por formular um discurso bem sistematizado do que viria a ser a mineiridade de um ponto de vista “essencialista”¹⁰. Trata-se de uma concepção da história de cunho tendente ao elitismo e ao conservadorismo, o que se explica, em parte, por sua origem familiar e formação católica. Em tal concepção, considerava apenas a atuação dos agentes

⁹ Não é nosso objetivo tratar da mineiridade nas suas raízes históricas, que remontam a relatos do período colonial no contexto da mineração, mas sim discutir suas principais abordagens ao longo do século XX em conexão com o tema das lideranças políticas mineiras.

¹⁰ Diogo de Vasconcelos (1843-1927) é reconhecido por um extenso trabalho de consolidação da memória das Minas Gerais. Produziu obras importantes como “História Antiga de Minas Gerais” (1901) e “História Média de Minas Gerais” (1918), obras que visaram cobrir a trajetória da construção do território mineiro até 1785. Paralelo a seus trabalhos, teve atuação destacada na criação de instituições de valorização ao patrimônio cultural mineiro como o Arquivo Público Mineiro (APM), em 1895 e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em 1907 (RAMALHO, 2015, p. 39).

humanos considerados “civilizados”, o que, é claro, excluía a participação dos povos negros e indígenas e privilegiava os feitos dos colonizadores portugueses, alçados a condição de “heróis” na construção da história das Minas Gerais (RAMALHO, 2015, p. 45). Nas palavras de Ramalho

O estabelecimento de uma origem determinada e de elos de continuidade histórica do povo mineiro, bem como a utilização do pronome “nós” e a identificação de elementos constitutivos da conduta dos mineiros, são os artifícios utilizados por Vasconcellos para construir uma referência unificada e contínua da identidade mineira (RAMALHO, 2015, p. 46).

Minas Gerais assumia, assim, uma identidade única e fixa no espaço e no tempo, cujos traços essenciais permanecem os mesmos. Destacam-se determinados caracteres relacionados ao conservadorismo, ao tradicionalismo e ao civismo dos mineiros, que possuiriam um caráter peculiar frente a outros povos de outros estados da federação. Ramalho nota em suas análises que

Ao contrário de outros intérpretes da mineiridade, que valorizavam a rebeldia e a insubmissão dos “mineiros” como sinônimos de espírito de autonomia e liberdade, Diogo de Vasconcellos fazia uma ampla valorização dos agentes da colonização, já que estes seriam os responsáveis por erigir a civilização em Minas Gerais, pela implantação da lei, da ordem e da religião católica (RAMALHO, 2015, p. 48).

Dessa perspectiva essencialista do caráter mineiro, evidencia-se uma valorização extremada da ordem, em oposição veemente a qualquer conflito, para daí se extrair as possibilidades de progresso. Assim, para Diogo de Vasconcellos, “O passado deveria ser preservado, pois nele estariam as bases da civilização mineira, condição essencial para assegurar um futuro de progressos” (RAMALHO, 2015, p. 53). Já vimos como o ideal de progresso influenciou discursos e projetos das elites políticas mineiras, graças à incorporação dos princípios positivistas ligados à harmonia que deveria existir entre a ordem (estática social) e o progresso (dinâmica social).

Já no final do período do Estado Novo é publicada obra marcante e paradigmática intitulada “Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira”, de autoria de Alceu Amoroso Lima, intelectual de renome da época, representante do movimento católico de caráter conservador¹¹. Trata-se de ideário que segue a senda

¹¹ Apesar de ser enquadrado como intelectual conservador, Alceu Amoroso Lima compartilhava de preceitos liberais ligados à valorização das liberdades de expressão e de pensamento, bem como demonstrava preocupação com questões sociais relacionadas à pobreza e desigualdades sociais. Para se ter uma ideia, demonstrou apoio às reformas de base anunciadas pelo governo Goulart e foi um crítico assaz do golpe de 1964 e do autoritarismo oficial que vigorou durante a ditadura militar (FGV/CPDOC).

essencialista sobre a mineiridade, evocando traços que seriam característicos dos mineiros (RAMALHO, 2015, p. 59). Alceu Amoroso Lima

[...] busca definir um “mineiro médio”, espécie de “tipo ideal” que representaria um modo comum de ser do povo montanhês, de agir no mundo e de refletir sobre si mesmo. Em sua visão, a identidade mineira é considerada como um fato consumado, um dado objetivo e já finalizado, forjado pela continuidade das tradições regionais (RAMALHO, 2015, p. 61).

Na sua caracterização do “ser mineiro”, Amoroso Lima abusa das condições geográficas do estado de Minas Gerais, cujo relevo acidentado, repleto de montanhas daria o tom a respeito do comportamento comedido de seu povo. Dessa forma, “O fenômeno mineiro é condicionado, todo ele, pela Montanha. A montanha representa – horizonte limitado, ritmo lento de andar, economia extrativa, vontade dominando a imaginação, vida sóbria e difícil, concentração psicológica e dispersão demográfica” (LIMA APUD RAMALHO, 2015, p. 63).

Alceu Amoroso Lima, na sua concepção de “mineirismo”, reforça o ideário de que os mineiros são morosos, sóbrios, astutos e tradicionalistas. A própria noção de tempo é colocada por Amoroso Lima como aspecto específico no caso de Minas Gerais, pois seria a permanência e não a transformação que situaria o ser mineiro. O processo de modernização seria visto, desta perspectiva, como perigoso. Por isso o autor colocava que “Minas é, por natureza, sadiamente tradicional” (LIMA APUD RAMALHO, 2015, p. 65).

Minas Gerais teria, assim, uma essência própria que deveria ser valorizada sob pena de perda de sua identidade. Esta essência estaria ligada fundamentalmente à noção de equilíbrio, de conciliação e de síntese nacional que Minas Gerais representaria mormente nos momentos de transição política. Nas palavras do próprio intelectual: “A Minas cabe, pois, a missão de preservadora do passado, de reformadora das influências cosmopolitas que vão levando o Brasil para o indistinto ou a servidão moral e finalmente de compensadora de todos os desequilíbrios extremistas (LIMA APUD RAMALHO, 2015, p. 68).

Ainda no contexto de vigência do Estado Novo, vem a lume documento que reforçou os ideários relacionados à mineiridade: trata-se do “Manifesto dos Mineiros”, publicado em 1943, que consistiu na primeira crítica articulada das elites políticas e intelectuais mineiras à ditadura varguista. Percebe-se nele todo um ideário calcado em

noções de ordem e civilidade conjugadas com a valorização das liberdades que seriam inatas aos mineiros. Assim, o documento já inicia em tom aparentemente ameno: “Dirigimo-nos, sobretudo, ao espírito lúcido e tranquilo dos nossos coestaduanos, à sua consciência firme e equilibrada, onde as paixões perdem a incandescência, se amortecem e deixam íntegro e inalterável senso de análise e de julgamento” (MANIFESTO DOS MINEIROS, 1943). O caráter do povo mineiro se expressaria na ideia de solidariedade e reciprocidade perante as dificuldades, como se os mineiros constituíssem uma grande família.

Diante do contexto ditatorial que imperava naquele momento, seria fundamental, segundo o documento, retomar os valores de liberdade e de democracia que comporiam, mais do que em qualquer outro estado brasileiro, a história da formação da personalidade dos mineiros. É por isso que “Quem conhece a história das tradições da nossa gente pode medir a extensão da violência feita ao seu temperamento por essa compulsória e prolongada abstinência da vida pública” (MANIFESTO DOS MINEIROS, 1943).

Interessante notar ainda como o manifesto, apesar de endereçado aos mineiros, conclama toda a nação para uma reflexão sobre os rumos políticos do país, como fica expresso já ao final do documento: “Ao dar expressão desse modo às aspirações de Minas Gerais, dentro da comunhão brasileira, tivemos presente, acima dos pontos de vista regionais, as coordenadas que enquadram todo o vasto panorama dos anseios e das necessidades do Brasil” (MANIFESTO DOS MINEIROS, 1943). O “Manifesto dos Mineiros” sintetizou, assim, as características que compõem a mineiridade ao conjugar ordem e liberdade numa mesma dinâmica política e ao fazer menção à ideia de unidade nacional mesmo se tratando de reivindicação de um estado específico.

Seguindo senda parecida de análise, Gilberto Freyre proclama em palestra intitulada “Ordem, Liberdade, Mineiridade”, de 1946, que os políticos mineiros conseguiram ao longo da história sintetizar dois princípios elementares que em tese são antitéticos: a sensatez da ordem e a valorização da liberdade. Freyre endossa a fileira das análises que identifica na capacidade de conciliação das elites mineiras elemento primordial para fugir dos extremismos e buscar a resolução dos conflitos por meio do estabelecimento de consensos (FREYRE, 2000, p. 38-39). Nas palavras do sociólogo pernambucano:

São os mineiros assim típicos que veem animando a experiência política do Brasil de uma constante tradição de equilíbrio, de conciliação, de

tolerância, que seria, entretanto, um erro confundir com aquele oportunismo vil dos politiquês acomodatórios que são apenas caricaturas de políticos e caricaturas de mineiros (FREYRE, 2000, p. 43).

Gilberto Freyre parece, assim, incorporar com certa naturalidade o conjunto de caracteres da “mineiridade”. Dessa forma, para Freyre, as lideranças políticas assumem relevância no cenário nacional movidas a ideais republicanos e de unidade política, pois os homens são maiores que os partidos, apesar destes serem indispensáveis ao sistema político democrático (FREYRE, 2000, p. 46)

É perceptível que a visão conservadora que passou a vigorar sobre o povo mineiro tem relação com a própria perspectiva dos autores, que ao escreverem, tentam delinear o tão perseguido “caráter mineiro”. Isso fica patente tanto no historiador Diogo de Vasconcellos quanto no sociólogo Alceu Amoroso Lima, ambos ocupantes de posições nitidamente tradicionalistas, apesar de escreverem em diferentes contextos históricos (RAMALHO, 2015, p. 73).

O período da Ditadura Militar configurou-se como um terceiro momento em que os escritos sobre a mineiridade foram também muito influentes. Uma obra relevante deste período foi “Mineiridade: Ensaio de caracterização”, publicado em 1968, cujo autor, Sylvio de Vasconcellos, fez um apanhado dos caracteres elementares do povo mineiro, com a diferença de fugir, ao menos em parte, dos estereótipos conservadores que seus predecessores imputaram aos mineiros (RAMALHO, 2015, p. 77).

A primeira diferença digna de destaque foi a distinção feita por Sylvio de Vasconcellos entre as Minas e as Gerais, o que não acontecera com as interpretações essencialistas da mineiridade até então, pois Minas Gerais era vista como una e indivisível (RAMALHO, 2015, p. 81). Outro ponto de relevo foi a caracterização dos mineiros como gente progressista, modernizante e democrática, o que contrasta nitidamente com a visão conservadora comumente presente nos relatos sobre a mineiridade até então. Na verdade, o foco de Vasconcellos, segundo Ramalho, são as Minas da mineração, de ares urbanos, e não a Minas tradicionalista das Gerais (RAMALHO, 2015, p. 78).

Um terceiro ponto original da interpretação de Sylvio de Vasconcellos sobre a mineiridade refere-se à valorização, inédita, da miscigenação. Dessa forma, para este autor “Mulata é quase toda a classe média. Nela assenta-se o poder de criação local, livre da escravidão e dos preconceitos, posta à vontade em ambiente novo, receptiva a inovações, sem nada que a contenha, restrinja ou conduza” (VASCONCELLOS APUD RAMALHO, 2015, p. 86). A aceitação da miscigenação como traço positivo endossa as

argumentações do caráter democrático e pretensamente igualitário na estratificação social de Minas Gerais.

Apesar das diferenças notáveis na análise da mineiridade, Sylvio de Vasconcellos seguiu as fileiras da mineiridade vista pelo prisma essencialista, pois ainda persegue determinadas características que constituiriam o “ser mineiro”. Nesse sentido, o autor aponta que “Dos mineiros ainda se poderá esperar também, e quiçá, o equilíbrio, a ponderação, a palavra de paz, o desejo de síntese, a lógica e a verdade, que sempre constituíram a mais alta expressão da sua maneira peculiar de ser.” (VASCONCELLOS APUD RAMALHO, 2015, p. 91).

Por fim, o período de abertura democrática perceptível ao longo da década de 1980 foi frutífero em termos de discursos produzidos sobre a mineiridade. Do ponto de vista político, o ideário de unidade nacional foi tema recorrente no discurso das elites mineiras desde o período imperial, o que já dava indícios de um tipo de “pragmatismo conservador” (ARRUDA, 1999, p. 216). Tancredo Neves, em vários dos seus discursos, salientou a importância da unidade nacional, dando mostras do caráter conciliatório característico das elites mineiras, como já aludido acima. O próprio Tancredo faz alusão à mineiridade como um traço construtivo:

O político mineiro se destaca, no conjunto dos políticos brasileiros, por aquilo que chamamos de “mineiridade”. O político mineiro é um homem que não perde a serenidade, que não conhece as manifestações da verborragia política, que abomina o ódio, detesta a intransigência e não consegue, de maneira nenhuma, conviver com a intolerância. Essas características fazem do político mineiro um conciliador” (NEVES, 1985, p. 79).

A mineiridade está articulada com outro traço marcante presente na política brasileira: o personalismo. Assim, “Produto da habilidade política pessoal, a conciliação passa a resultar das qualidades inerentes a alguns homens. Nessas ocasiões, ocorre comumente uma excessiva personalização de políticos tidos como fundamentais à urdidura do novo pacto” (ARRUDA, 1999, p. 224).

Além do caráter conciliatório e apaziguador largamente enfatizado pela literatura especializada como traço marcante da cultura política das elites mineiras, outro traço nos parece primordial: o pragmatismo político. Dessa forma, “[...] a racionalidade e o pragmatismo viram componentes essenciais das práticas dos políticos mineiros. Provavelmente, esses dois traços advêm de uma assimilação particular do liberalismo por parte dos mesmos” (ARRUDA, 1999, p. 228-229).

Conforme já foi visto, a ausência de projeto político autônomo por parte das elites mineiras fez com que estas se unissem em prol da valorização do estado a nível nacional como suporte essencial para o desenvolvimento regional. Aí reside uma contradição do liberalismo no Brasil¹², qual seja, a de se apoiar nas estruturas de estado apesar de evocar, em tese, a liberdade de mercado como fator essencial de desenvolvimento (ARRUDA, 1999, p. 230). Nas palavras de Arruda:

O estado afigura-se como repositório da nacionalidade, enquanto cadinho onde se misturam e se integram os mais diferentes, que concentra todos os esforços, que dimana centelhas ordenadoras da sociedade. A Instituição-Estado passa a ser, assim, o alvo predileto dos políticos mineiros, de longínqua tradição regional, numa espécie de reconhecimento do poder central como fonte fundamental do exercício da política (ARRUDA, 1999, p. 219)

Percebe-se, pois, como a elaboração histórica da mineiridade foi importante para criar uma forte identidade regional sobre o povo mineiro que abarca uma enorme quantidade de dimensões da vida social. Vale a pena, entretanto, refletir sobre como a mineiridade se estruturou especificamente no plano da política, isto é, na sua dimensão ideológica. É o que se abordará no próximo tópico.

2.2 A instrumentalização do discurso: a mineiridade como ideologia

A discussão precedente dá o tom de como a mineiridade pode ser instrumentalizada pelas elites políticas, tornando-se espécie de ideologia. Nessa dimensão, é possível realçar como esta identidade regional constituiu-se como polo aglutinador das elites, tornando-se artifício ideológico para unir os seus diferentes setores no projeto de recuperação econômica do estado que se iniciou desde as primeiras décadas do século XX, ganhando mais vigor na década de 1950. Nesse sentido

A eficácia da “mineiridade” como instrumento ideológico de unificação das elites parece bastante alta, a julgar pela reprodução sistemática do discurso da identidade regional por parte dos membros das elites, através de gerações e em todos os campos de atividade (DULCI, 1999, p. 201).

O projeto de “recuperação econômica” das elites mineiras configurou-se como um exemplo notório de pragmatismo político, pois, apesar das divergências de interesses, um consenso mínimo foi estabelecido para tentar alçar Minas Gerais a um

¹² O aspecto sobre a incorporação dos valores liberais, por parte das elites mineiras, será retomado no capítulo 3.

patamar superior no cenário nacional. Dessa forma, “A elevada coesão interna das elites ampliou a possibilidade de levar adiante um esforço de recuperação econômica conduzido sob a égide do Estado” (DULCI, 1999, p. 238). Houve, portanto, uma razoável articulação interna das elites mineiras conjugada com negociações constantes com os governos a nível federal sob a bandeira de superação do atraso econômico que assolava o estado.

A mineiridade utilizada como ideologia pode ser exemplificada em alguns outros casos. Ao se analisar a configuração política e os antecedentes históricos do golpe de 1964 em Minas Gerais, Starling salientou como a mineiridade foi manipulada pelos grupos de elite de então através de órgãos e institutos de pesquisa, com destaque para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)¹³, o qual mobilizou características que seriam típicas dos mineiros como a valorização da ordem e do tradicionalismo para combater, na visão desses grupos conservadores, a ameaça comunista que se espraiava por todos os cantos naquele contexto.

O contexto político pré-1964 estava propício ao surgimento de confrontos: “Os primeiros anos da década de sessenta correspondem ao que talvez tenha sido a mais intensa fermentação ideológica e política da história de um país que então se politizava – ou se ‘conscientizava’, para usarmos a palavra mágica da época” (STARLING, 1986, p. 19). A posse efetiva de João Goulart na presidência da república tornou o clima ainda mais tenso, com a defesa explícita das chamadas “Reformas de Base”. Segundo Starling, “Nessas circunstâncias, a bandeira nacionalista empunhada com entusiasmo gerou, como não poderia deixar de ser, uma violenta reação por parte dos grandes interesses econômicos, contrariados em virtude do que designavam ‘convulsão social’” (STARLING, 1986, p. 28).

Em Minas Gerais, foi criado um braço do IPES, o qual seria responsável por unir os diferentes setores do empresariado mineiro, desde os tradicionais, ligados principalmente às indústrias têxteis e alimentícias, até os modernos, relacionados principalmente à indústria siderúrgica, além do setor bancário. O IPES/MG funcionou,

¹³ Organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo de “defender a liberdade pessoal e da empresa, ameaçada pelo plano de socialização dormente no seio do governo João Goulart”, através de um “aperfeiçoamento de consciência cívica e democrática do povo”. Após o triunfo do movimento militar de março de 1964, de cuja preparação participou ativamente, reduziu suas atividades, desaparecendo completamente em 1972 (FGV/CPDOC. IPES. Verbete. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>. Acesso em: 28 abr. 2020.

dessa forma, como uma espécie de partido político, mas sem a estrutura oficial de um partido (STARLING, 1986, p. 64).

Em verdade, o IPES/ MG teve êxito em suas articulações, atuando em várias esferas da sociedade civil, seja no parlamento, seja na imprensa ou na classe média em geral. Ao que nos interessa aqui, vale ressaltar o conteúdo ideológico veiculado por este órgão para unir a burguesia mineira da época. Assim, forjou-se no interior do IPES/ MG um “Comando Revolucionário” que iniciou intensa apropriação ideológica do movimento da Inconfidência Mineira, a ponto de se autointitularem os “Novos Inconfidentes” (STARLING, 1986, p. 84-85). Nesse contexto,

[...] os fios que costuram o tecido político-ideológico responsável pela unificação dos “Novos Inconfidentes” são o sentimento anticomunista e o sentimento antipopulista, sobretudo no que o antipopulismo tinha de mais ameaçador para a “elite tradicional”: seu caráter mobilizador das camadas subalternas (STARLING, 1986, p. 90).

Percebe-se, pois, como o símbolo da liberdade da Inconfidência Mineira foi apropriado aos interesses dos grupos conservadores do período para implantar uma ditadura militar que viria, contraditoriamente, a suprimir as liberdades dos cidadãos como um todo. É claro que a liberdade perseguida pelos “Novos Inconfidentes” era uma liberdade com ordem, a qual visava combater o comunismo, esse sim um perigo constante para as liberdades individuais, na visão dos grupos conservadores (STARLING, 1986, p. 86).

A conjugação entre ordem e liberdade, como já visto em seção anterior, constitui uma das características mais acionadas da “mineiridade”. Foi justamente esse binômio que mobilizou tanto o setor tradicional como o moderno da elite mineira através de discursos que repisavam o valor da tradição da família, do amor à pátria e à Deus. Nas palavras de Starling

[...] o que transforma a concepção de “mineiridade” em uma concepção própria das elites mineiras é o fato de que, ao ser apropriada pelas elites, a mineiridade cumpre precisamente a função de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal (STARLING, 1986, p. 146).

Nesse sentido, um aspecto central da mineiridade enquanto ideologia é o seu caráter de conciliação. Desde o período monárquico, com destaque para políticos como Bernardo de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão (o Marquês de Paraná) até a fase de transição de regime da década de 1980, com ênfase na figura de Tancredo Neves,

é possível localizar como a conciliação foi acionada por determinadas lideranças políticas como maneira de superação dos conflitos (DULCI, 1984).

Dulci faz questão de frisar os exemplos históricos de João Pinheiro e Milton Campos. O primeiro influenciado pelo ideário positivista recuperou com frequência em seus discursos a figura de Tiradentes, tentando estabelecer um marco simbólico para o povo mineiro ligado à liberdade; o segundo tentando reavivar o ideário da política tradicional em Minas Gerais sob as bandeiras da moderação e do equilíbrio para superação das crises políticas (DULCI, 1984).

No entanto, talvez o exemplo mais notório de instrumentalização do discurso da mineiridade em ideologia esteja nos discursos de Tancredo Neves no contexto da já aludida transição política da ditadura para a democracia em fins da década de 1980. Uma vez mais, a liberdade configurou-se como característica inconfundível dos mineiros. O desejo de liberdade seria elemento fundamental de reconstrução nacional sob a vigência de um grande pacto entre as diferentes forças políticas dentro do campo democrático (DULCI, 1984).

Os conflitos escamoteados pela mineiridade enquanto ideologia, no entanto, passaram a ser fonte de debate e de crítica por parte de alguns autores. Costa frisa a dualidade presente entre as Minas e os Gerais, reportando-se a algumas figuras que buscaram explicitar a pluralidade de modos de vida presentes no estado, como foi o caso do historiador Sylvio de Vasconcellos e o escritor Guimarães Rosa (COSTA, 2009, p. 119-122).

A crítica principal de Costa refere-se à unicidade que a ideologia da mineiridade imputou ao estado de Minas Gerais, apagando toda a sua diversidade étnica e cultural. Nesse sentido, “[...] o conteúdo dado à identidade mineira alicerçou-se na unidade e toda a história de Minas foi construída tendo como foco sua unicidade. A realidade que dá fundamento à identidade mineira, nesse período, é a realidade aurífera” (COSTA, 2009, p. 118).

Em sua dimensão ideológica, a mineiridade exclui e estigmatiza determinados povos, como é o caso da população residente no norte do estado. Nas palavras de Costa, “Não existe nada mais triste para a gente norte-mineira do que o não-reconhecimento pelos mineiros de que são, culturalmente, parte de Minas” (COSTA, 2009, p. 124). É este o motivo fundante do surgimento do movimento Catrumano que procura justamente valorizar os aspectos culturais do Norte de Minas Gerais na tentativa de realçar sua

importância para o restante do estado, elegendo a cidade de Matias Cardoso como capital simbólica da civilização mineira (COSTA, 2009, p. 125).

Em perspectiva semelhante, mas com ênfase distinta, Pereira ressaltou o papel dos movimentos separatistas do Norte de Minas e sua conexão com intelectuais que também buscaram colocar em xeque a ideologia da mineiridade, como foi o caso do engenheiro Simeão Ribeiro Pires e do economista Expedito Mendonça (PEREIRA, 2015, p. 107). Pereira explora justamente os discursos e escritos tanto de Pires como de Mendonça em apoio à autonomia da região do norte de Minas com a constituição efetiva de um novo estado, como as propostas para criação do estado de Cabralia, em 1967 e de São Francisco, em 1986-1987, ambos com a anexação do sul da Bahia. Nesse sentido, “A ideia da separação estava associada às precárias condições sociais e econômicas e à tese do abandono da região pelas esferas estadual e federal do poder público” (PEREIRA, 2015, p. 110). A inclusão do norte do estado de Minas Gerais para receber incentivos da SUDENE foi importante para atenuar as reivindicações relacionadas ao abandono sofrido pela região, mas manteve a tese de descaso do estado mineiro no que concerne às estratégias de desenvolvimento numa dimensão estadual.

Percebe-se, pois, que a mineiridade se configurou como ideologia responsável, no plano político, pela organização e unificação dos vários setores das elites mineiras em determinados contextos históricos, visivelmente nos chamados momentos de transição, o que comumente acaba por realçar caracteres relacionados à valorização das liberdades com simultâneo apreço pela ordem. Segundo Pereira

Como é comum às identidades regionais, a mineiridade apresenta várias faces. Ora enfatiza a liberdade, ora a conservação, ora o progresso e o desenvolvimento. Com variações, acréscimos e ênfases diferenciadas, esses elementos persistem ao longo do tempo, sendo um dado central nas articulações políticas internas e externas das lideranças mineiras (PEREIRA, 2015, p. 106).

Isso criou uma identidade que se constitui como uma, o que é uma tendência de toda ideologia, pois que toda a diversidade é apagada para frisar o que pretensamente seria comum e universal para todos.

Em síntese, é possível afirmar que ao longo do século XX, a mineiridade, na sua dimensão ideológica, foi utilizada pelas elites mineiras em diferentes momentos para justificar seus projetos, seja em um campo mais conservador, como na criação do IPES-MG para combater o “comunismo” no contexto pré-1964; seja em um campo mais “progressista”, como nos discursos de Tancredo Neves favoráveis a abertura democrática

e retorno das liberdades em meados da década de 1980, além de todo o esforço das elites mineiras em promover um projeto comum de recuperação econômica do estado sob vigência do desenvolvimentismo. Em todos os casos, a mineiridade foi utilizada para legitimar determinadas visões de como a sociedade deveria prosseguir, alcançando resultados satisfatórios.

É possível salientar ainda como a mineiridade esteve vinculada ao conservadorismo das elites políticas mineiras para conseguirem manter acordos (provisórios) de manutenção no poder. Tal movimento projetou determinadas lideranças que passavam confiança para o restante da população, servindo como pontes importantes entre representantes e representados nos moldes de um sistema político democrático. O cenário, contudo, se modificou visivelmente no final do século XX e início do século XXI, pois o que se evidenciou foi tendência de enfraquecimento da mineiridade, não no que concerne ao seu uso, pois ela continua a aparecer em discursos políticos e na imprensa de forma geral, mas sim com relação a sua eficácia. Tal perda de eficácia repercute na performance das elites políticas mineiras no plano nacional e na consequente escassez de lideranças mineiras com poder de aglutinação de interesses divergentes. Como tal fenômeno se explica? É o que se verá no capítulo próximo.

CAPÍTULO III

RACIONALISMO ECONÔMICO E A PERDA DE PROTAGONISMO POLÍTICO DE LIDERANÇAS MINEIRAS

Para se discutir o fenômeno das lideranças políticas em Minas Gerais ao longo do século XX, principalmente a partir de 1930, é preciso compreender o papel de duas ideologias fundamentais que ganharam espaço em um contexto tipicamente urbano-industrial. De um lado, o desenvolvimentismo que, em um plano econômico, serviu como substrato para a elaboração de grandes projetos nacionais, ligados principalmente à indústria de base, com destaque para investimentos em infraestrutura (setores de energia e transporte), o que propiciou, em grande medida, o surgimento de personalidades políticas que amalgamaram princípios liberais, fazendo apologia ao crescimento econômico com o apoio da iniciativa privada, mas combinados com a presença incontestante do estado como promotor do desenvolvimento, o qual compensaria todas as desigualdades sociais via processo de industrialização. De outro lado, em um plano cultural, mas com repercussões no universo da política, destaca-se a “ideologia da mineiridade”, que trouxe a roupagem necessária para aglutinar setores das elites mineiras em um mesmo projeto modernizante, o qual se consubstanciou em um projeto de recuperação econômica como forma de superação do atraso relativo de Minas Gerais em comparação a outros estados da federação, com destaque para São Paulo.

Mudanças importantes, no entanto, começaram a se processar a partir da década de 1980, com antecedentes históricos relevantes. As crises do petróleo de 1973 e 1979 afetaram a economia mundial, resultando em diminuição das taxas de crescimento tanto de países centrais como de países periféricos, ocasionando problemas como aumento da inflação e endividamento externo dos governos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2009, p. 406). O capitalismo enquanto sistema econômico passou por um processo de reestruturação produtiva com tendência à internacionalização das economias, o que se configurou como uma nova fase batizada de “globalização”. A conciliação entre capital e trabalho que caracterizou os “anos dourados” do pós-guerra, tendo o estado como grande mediador foi se esfacelando, dando lugar à nova dinâmica econômica, mais liberalizante, acentuando o papel do mercado. Os resultados desse processo foram percebidos na reorientação das políticas econômicas tanto de países centrais como de países periféricos, exigindo, assim, novos parâmetros para os estados nacionais a partir da lógica da contenção e do enxugamento dos gastos públicos. É assim

que paulatinamente se configurou o neoliberalismo¹⁴ enquanto ideologia dominante, procurando retomar princípios do liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX que tomavam como referência a liberdade individual e a competição como elementos naturais da vida humana que precisariam ser valorizados e protegidos.

A ascensão da “ideologia neoliberal” assenta-se na contestação do “capitalismo democrático” do pós-guerra efetuado não pelos trabalhadores ou pela sociedade civil dos países avançados, mas pelos próprios donos do capital, os quais começaram a ficar temerosos e insatisfeitos com as crescentes exigências democráticas de proteção ao emprego e de alargamento dos direitos sociais. Nesse contexto, evidenciou-se uma “evasão do capital” para outros mercados, na tentativa de se libertar das amarras do estado de características keynesianas (STREECK, 2013). Como marco temporal, a literatura costuma apontar as eleições de Ronald Reagan nos EUA (1981) e Margaret Thatcher na Inglaterra (1979) como propulsores da nova política econômica de orientação neoliberal. Na América Latina, a experiência do Chile no contexto da ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) serviu de teste para os intelectuais que defendiam tal modelo de desenvolvimento, como foi o caso do economista norte-americano Milton Friedman (1912-2006) e dos filósofos e economistas austríacos Ludwig von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992).

No caso brasileiro, pode-se apontar a década de 1990 como marco de introdução de políticas econômicas alinhadas com os ditames neoliberais. O discurso de abertura dos mercados e de consequente inserção na economia globalizada se fez presente nos governos federais. Destaca-se, por exemplo, a iniciativa do governo Collor com a instauração do Programa Nacional de Desestatização (PND) em 1990 e de um conjunto de alterações na legislação brasileira a partir de 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, que passou a flexibilizar a relação entre estado e capital privado e estado e sociedade civil organizada, no âmbito do que ficou conhecido como “reforma gerencial¹⁵” (BRESSER PEREIRA, 2017).

¹⁴ É possível listar alguns princípios básicos do neoliberalismo a partir do que se efetivou na experiência histórica. 1) Apologia ao livre mercado; 2) Política de privatizações; 3) Abertura da economia; 4) Desregulamentação do mercado de trabalho; 5) Ofensiva contra os direitos sociais (BOITO JÚNIOR, 1999, p. 30).

¹⁵ A “reforma gerencial” é tratada por parte da literatura especializada não necessariamente vinculada ao neoliberalismo, visto que o estado continua a ter presença na regulação da economia, mudando-se apenas o foco de sua atuação (BRESSER PEREIRA, 2017). Trataremos do assunto no último tópico deste capítulo.

Apesar de não se enquadrar em modelo neoliberal “stricto sensu”, os governos mineiros incorporaram práticas sintonizadas com a “ideologia neoliberal” de maior desburocratização na gestão pública e de maior flexibilização na relação entre estado e sociedade civil organizada, abrindo mais oportunidades para a atuação de empresas e organizações sociais do terceiro setor, além, é claro, de instituir uma política fiscal com vistas ao controle dos gastos públicos. Tal postura pôde ser verificada sob a gestão de Newton Cardoso (1987-1991) com uma política de enxugamento da máquina administrativa, mas é mais perceptível na orientação dada pelo governo de Eduardo Azeredo (1995-1999), o qual consubstanciou um modelo de gestão de viés mais “técnico”, abarcando uma maior racionalidade administrativa e efetivando a venda de empresas e bancos públicos estaduais. O período de 2003 a 2014 inaugurou novo ciclo de reformas do estado em Minas Gerais, tendo novamente a legenda do PSDB a frente, em que a denominada política do “Choque de Gestão” passou a ser implementada, primeiro sob a vigência do governo de Aécio Neves (2003-2010) e depois durante o governo de Antônio Anastasia (2011-2014).

Dessa maneira, políticas reformistas de cunho econômico e administrativo foram criadas para dar conta da nova realidade de crise fiscal e de endividamento público dos estados, obedecendo à lógica das privatizações, do corte de gastos públicos e de um regime de austeridade fiscal. Este novo ideário trouxe sérias implicações para o mundo da política, afetando a gestação de novas lideranças mineiras com projeção nacional.

3.1 O deslocamento do protagonismo político das elites mineiras

A constatação de que as elites políticas em Minas Gerais perderam espaço no cenário nacional se tornou razoavelmente frequente em reportagens jornalísticas¹⁶. O reconhecimento de que eminentes figuras políticas se destacaram historicamente costuma ser contrastado com a situação atual de falta de protagonismo político. Na busca de explicações para o quadro de baixa renovação em termos de lideranças políticas, Medina ressalta que

¹⁶ Conforme reportagem do Estado de Minas: “Grandes mineiros já marcaram a história política do país” Seção de Política. 27/05/2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/05/27/interna_politica,296660/. Acesso em: 09 jul. 2019. “Minas perdeu protagonismo político e se tornou um estado fraco, afirma Bonifácio de Andrada” Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/12/08/interna_politica,1011538/minas-perdeu-protagonismo-politico-e-se-tornou-um-estado-fraco-afirma.shtml. Acesso em: 23 abr. 2020.

De um lado, outros campos de atividade passaram a atrair muitos dos que teriam condições de contribuir para a vida pública. As profissões liberais encontraram perspectivas mais promissoras, com o desenvolvimento econômico, a sofisticação da ciência e a abertura de novos campos de especialização. De outro lado, os partidos já não têm a mesma força de atração de outrora, bastando dizer que, no quadro de agremiações hoje existentes, não há distinção nítida entre umas e outras, salvo, talvez, no que diz respeito a cinco ou seis mais representativas e, assim, reduziu-se bastante o espaço para os que aspiram a uma atuação política construtiva e edificante (MEDINA, 2018, p. 47).

Em termos de representação no legislativo federal, por exemplo, a bancada mineira teve atuação destacada no período democrático de 1946 a 1964, época em que UDN e PSD tinham importante atuação em âmbito estadual com projeção nacional (MEDINA, 2018, p. 260). A ditadura militar legou a estruturação de um estado autoritário e centralizador onde se formou com mais propriedade um tipo de elite tecnocrática que passou a ocupar os postos estratégicos de governo. Apesar do apoio inicial ao golpe de 1964 por parte de setores das elites mineiras, o saldo posterior foi de um déficit em protagonismo político.

Com o fim da ditadura e a retomada da institucionalidade democrática no país, consubstanciada com a Constituição de 1988, a bancada mineira assumiu pouca expressão no cenário nacional. Um dos fatores que explica tal fato é a diminuição da população mineira em relação à população nacional, a qual representava em torno de 22% no início da República, 15% em 1950 e 10% em 2010. Tal diminuição ao longo das décadas fez decrescer também o número relativo de parlamentares a representar o estado em âmbito federal (DINIZ, 2018, p. 212). A tabela 01 a seguir traz uma série histórica do número de deputados federais dos estados de Minas Gerais e São Paulo que compunham a Câmara dos Deputados entre 1945 e 2018. Se em 1945 os dois estados mencionados estavam empatados quanto ao número de deputados (35), a partir de 1950 São Paulo assume a dianteira, alargando ainda mais sua representatividade, ficando o número de 70 parlamentares desde 1994 contra 53 parlamentares de Minas Gerais. Em termos percentuais, a bancada mineira representava aproximadamente 12,2% dos parlamentares brasileiros em 1945; em 1962 baixou para 11,7%; em 1990, já no novo contexto democrático, representava 10,5% e nas eleições de 2018 registrou percentual de 10,3%. Dessa maneira, fica patente que as elites mineiras acabaram perdendo, em certa medida, canais importantes de participação e de pressão ao governo central.

Quadro 01 - Composição da Câmara dos Deputados – Estados Selecionados – 1945-2018

UF/ANO	1945	1947	1950	1954	1958	1962	1966	1970	1974	1978	1982
MG	35	03	38	39	39	48	48	35	37	47	54
SP	35	05	40	41	44	59	59	43	46	55	60
UF/ANO	1986	1988	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	
MG	53	-	53	53	53	53	53	53	53	53	
SP	60	-	60	70	70	70	70	70	70	70	

Fonte: Adaptação a partir de dados do TSE (2020).

A bancada mineira, apesar de, desde 1986, possuir um número expressivo de 53 deputados federais, não possui bandeiras que mobilizam a sociedade e os próprios grupos de elite como outrora. Um dos fatores para isso diz respeito à fragmentação partidária, pois, para o ano de 2018, os 53 deputados federais estavam divididos em 29 legendas diferentes (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020). Tal pulverização partidária, fruto da própria conformação do atual sistema político brasileiro, dificulta a união em torno de projetos comuns para o estado, visto a diversidade de interesses em jogo. O cenário se replica, como é de se esperar, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Segundo análises de Melo

Se em 1994 a ALMG possuía seis legendas com mais de 10% dos deputados, em 2014 esse número foi reduzido pela metade, abrindo espaço para o crescimento das legendas de menor porte e consolidando um cenário onde o peso das bancadas e das lideranças tende a diminuir de forma considerável em favor de uma dinâmica mais pulverizada (MELO, 2016, p. 11).

O diagnóstico de fragmentação partidária não quer dizer que a Bancada Mineira perdeu por completo sua atuação política¹⁷. Demandas relacionadas a

¹⁷ Bancada mineira pressiona por pasta no governo Temer - Política - Estado de Minas. 27/02/2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/02/27/interna_politica,850475/bancada-mineira-pressiona-por-pasta-no-governo-temer.shtml. Acesso em: 23 fev. 2020

incrementos no orçamento para o estado, por parte do governo federal, e a própria pauta sobre os termos da renegociação das dívidas dos estados com a União e outras pautas específicas, continuam a aparecer, porém com menos impacto e com menor poder de mobilização tanto do empresariado como da própria sociedade civil organizada.

O que ocorre é que o grande projeto de “recuperação econômica” que mobilizou setores tradicionais e emergentes das elites mineiras em prol de uma estratégia unificada de desenvolvimento para o estado de Minas Gerais dá lugar a um conjunto de preocupações relacionadas à “recuperação fiscal”, em que o centro do debate é a escassez de recursos e a consequente economia dos gastos públicos para garantir a sustentabilidade dos serviços essenciais. Em outros termos, as demandas históricas que envolveram as elites políticas mineiras com vistas à modernização regional foram sendo paulatinamente substituídas pela problemática da crise econômica dos estados, em que regimes de austeridade fiscal passaram a monopolizar os discursos e orientar políticas governamentais.

Paralelo aos fenômenos de ordem propriamente política explicitados acima, o quadro econômico brasileiro a partir da década de 1980 é fundamental para a devida explicação acerca da perda de protagonismo político das elites mineiras e, mais especificamente, da falta de lideranças estaduais com projeção nacional. Esse período é reconhecido como de grave crise financeira, em grande medida por conta de fatores externos, dos quais as crises do petróleo de 1973 e 1979 se destacaram. Dessa maneira,

O acordo do Brasil com o FMI em fins de 1982 foi o primeiro de uma série que, diante das dificuldades de solução do impasse externo aberto pela crise da dívida latino-americana, se estenderia praticamente até o final da “década perdida”, justificando, em grande parte, essa alcunha para os anos 80 (HERMANN, 2011, p. 90-91).

O quadro 02 a seguir ilustra a situação macroeconômica do Brasil em fins da década de 1970 para o início e meados da década de 1980. De fato, o país não registrava mais crescimento econômico como antes. O Produto Interno Bruto (PIB) foi de 6,7% entre 1974 e 1978, caindo para 5,4% em 1984, com forte queda no período de 1981 a 1983, triênio em que ficou negativo (-2,2%), fechando a década em 4,3%. A inflação começou a ser problema candente, aparecendo como principal elemento nos planos de estabilização econômica posteriores. Enquanto no período 1974-1978 ficou na casa dos 37,8%, foi tendo aumentos sucessivos até atingir a marca de 223,9% em 1984 e de 471,7% entre 1985 e 1989. Tal aceleração indicava as novas dificuldades que se impunham no momento, trazendo a política do controle da inflação para o centro dos debates públicos.

**Quadro 02 - Economia Brasileira: Síntese de Indicadores
Macroeconômicos — 1974-1989 (médias anuais por período)**

Indicadores	1974-1978	1979-1980	1981-1983	1984	1985-1989
Crescimento do PIB (% a.a.)	6,7	8,0	-2,2	5,4	4,3
Inflação (IGP dez./dez., % a.a.)	37,8	93,0	129,7	223,9	471,7
FBCF* (% PIB a preços correntes)	22,3	23,5	22,4	18,9	22,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	15,3	26,1	2,8	23,3	4,9
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	17,2	29,5	-12,4	-9,8	5,6
Balança comercial (US\$ milhões)	-2.283	-2.831	2.818	13.090	13.453
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-6.548	-11.724	-11.584	95	-359
Dívida externa líquida/Exportação de bens	2,5	2,9	3,7	3,3	3,8

Fonte: Tabela adaptada com base em: (HERMANN, 2011, p. 86; CASTRO, 2011, p. 120)

FBCF: Formação bruta de capital fixo: Equivale ao aumento bruto da capacidade produtiva do país (IPEA, 2020)

Diante do histórico de crise da década de 1980, com baixo crescimento econômico e descontrole das finanças públicas, inaugurou-se um novo modelo de gestão pública em que o estado perde proeminência como agente principal do desenvolvimento, trazendo o corolário da abertura comercial e da integração dos mercados como formas inovadoras de adequação aos novos tempos. Dessa forma, a política de privatizações que acabou tornando-se símbolo da ideologia neoliberal ganha relevo como política de ajuste fiscal e de reequilíbrio das contas públicas, apesar de não ter surtido os efeitos desejados.

A privatização do período, entretanto, provou ter metas muito mais otimistas em termos de receita e cronograma, do que se verificou na prática. Nos governos Fernando Collor e Itamar Franco (1990-94) foram privatizadas 33 empresas federais (as empresas estaduais só entraram no programa posteriormente). Os principais setores foram o de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. O total de receitas obtido foi de US\$8,6 bilhões, com transferência para o setor privado de US\$3,3 bilhões em dívidas (CASTRO, 2011, p. 137).

Os gastos públicos também passaram a ser alvo de controle, pois havia forte associação deles com o aumento descontrolado da inflação. O quadro 03 realça o esforço

das novas políticas em voga para controlar tais gastos, o que, em grande medida, se mostrou exitoso, a despeito da fraca retomada do PIB no período (1990-1994), o qual foi de apenas 1,3%. Ademais, há um significativo aumento dos juros reais líquidos, passando de 0,9% para 3,9%, um incremento de três pontos percentuais. (CASTRO, 2011, p. 155).

Quadro 03 - Necessidades de financiamento do Setor Público — 1990-1994 (% do PIB)

	1990	1991	1992	1993	1994
Déficit operacional*	-1,4	0,2	1,9	0,8	-1,3
Resultado primário	2,3	2,7	1,6	2,2	5,2
Juros reais líquidos	0,9	2,9	3,5	3,0	3,9

Fonte: (CASTRO, 2011, p. 158)

* (-) = superávit.

O quadro 04 ilustra as receitas e despesas do estado mineiro no período de 1985 a 1994. O que se percebe é um acentuado desequilíbrio entre arrecadação e gastos públicos, fechando o período com um déficit de R\$ 466.823 mil reais.

Quadro 04 – Execução orçamentária – Minas Gerais – 1985-1994

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Receitas orçamentárias (R\$)	5	12	51	366	5.536	130.790	681.591	8.163.967	154.542.201	4.613.729
Despesas orçamentárias (R\$)	5	12	47	342	5.540	155.087	680.691	8.162.293	171.356.489	5.080.552
Saldo	0	0	4	14	-4	-24.297	0,9	1.674	-16.814.288	-466.823

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir de dados do IPEADATA (2020).

A situação fiscal do estado foi se deteriorando ao longo dos anos. Desde o final da década de 1980, o executivo estadual elencou como prioridade o ajuste de suas contas em meio ao cenário de sucessivos planos de estabilização econômica federal e de equacionamento da dívida pública nacional. Nesse contexto:

Foi na década de 1980 que os canais de endividamento dos estados – e também dos municípios – começaram a se bloqueados, quando a exaustão dos recursos externos, com a crise da dívida nos primeiros anos dessa década, exigiu do Brasil fortes ajustes recessivos da economia, maior controle do crédito que irrigava o setor público e a atividade produtiva, rigor na redução dos desequilíbrios fiscais dos governos, em geral, e também maior necessidade de geração de divisas estrangeiras para o país honrar o pagamento de sua dívida externa (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 32).

Houve um esforço por parte do governo federal em centralizar os problemas econômicos a fim de poder cumprir as metas estabelecidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) relacionadas ao ajuste fiscal. Dentre as políticas adotadas no período, destaca-se acordo de renegociação das dívidas dos estados com a União com a estruturação do “Programa de Saneamento Financeiro e de Ajuste Fiscal dos Estados”, em 1995, o qual trouxe uma série de imposições para os entes da federação, com medidas relacionadas ao

[...] controle e redução dos gastos com pessoal, modernização do sistema fiscal e de geração de informações, bem como o compromisso com a geração de superávits primários para pagamento dos encargos financeiros da dívida e implementação de um programa de privatização das empresas estatais, incluídos, neste conjunto, os bancos estaduais (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 36).

Se de início aponta-se como a política de renegociação das dívidas com a União foi exitosa para o estado de Minas Gerais, não se pode dizer o mesmo já no final da década de 1990, haja vista a moratória que o estado decretou sob o comando de Itamar Franco em janeiro de 1999 (DULCI, 2016, p. 103). Antes disso, entretanto, a situação fiscal do estado vinha se deteriorando a um tempo, como é possível visualizar no quadro 05, o qual traz o crescimento acelerado da dívida mineira no período de 1994 a 1998. Os números totais da dívida revelaram um crescimento de R\$ 6.824,3 milhões em 1994 para R\$ 18.651,1 milhões em 1998, conhecendo um aumento de 173,3% no referido período.

Quadro 05 - Dívida do estado de Minas Gerais, por modalidade e origem: 1994-1998 (Em R\$ milhões correntes)

Ano	Dívida interna		Dívida externa		Total
	Mobiliária	Contratual	Mobiliária	Contratual	
1994	4.512,8	1.662,6	169,2	479,7	6.824,3
1995	6.891,6	2.118,6	194,5	570,8	9.775,5
1996	8.780,9	2.921,0	207,9	664,3	12.574,1
1997	10.926,8	3.670,1	223,2	489,2	15.309,3
1998	---	17.814,9	241,7	594,2	18.651,1
▲ 1998/94					173,3

Fonte: (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 40)

O período mencionado acima corresponde à gestão de Eduardo Azeredo, a qual priorizou o controle dos gastos públicos, seguindo à risca a política de privatizações característica do ideário neoliberal. Nas análises de Oliveira e Gontijo, o legado do governo desse período não foi nada promissor, pois

[...] além da herança do ovo da serpente da dívida transmitida para seu sucessor (Itamar Franco), entregou-lhe um caixa com recursos

reduzidos a R\$ 19 milhões, o débito de R\$ 242 milhões do 13º salário do funcionalismo público e dívidas consideráveis em atraso com os fornecedores (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 50)

Depreende-se por que, em grande medida, o período posterior (1998-2002) foi retratado como turbulento em Minas Gerais, pois, somando aos problemas de ordem fiscal e orçamentária, a economia internacional passava por período de crise, o que afetou de forma incontestemente o Brasil e seus estados. Assim, o governo Itamar Franco se viu em sérios apuros, com dificuldades em arrecadação e com a retaliação do governo federal que diminuiu os repasses para o estado em função da moratória decretada pelo estado, a qual não atendeu aos objetivos delineados. Alguns dados desse período são ilustrativos: somente os juros e encargos da dívida pública mineira saltaram de R\$ 1.199,2 milhões em 1998 para R\$ 2.133,7 milhões já em 1999. O gasto com os encargos da dívida no período (1998-2002) foi de R\$ 13.953,1 milhões, a preços constantes de 2010 (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 63)

O problema da dívida pública estadual foi deixado em segundo plano durante o governo Aécio Neves (2003-2010), dando-se centralidade para a política do “Choque de Gestão” e para o alcance do “déficit zero”. Uma série de medidas foi realizada no âmbito fiscal: do lado das receitas, um esforço de simplificação dos tributos e maior rigor na fiscalização; do lado das despesas, uma política de enxugamento dos gastos, com redução real de 5,9% nos custos com custeio e de 29,2% dos investimentos; congelamento dos salários do funcionalismo público, com queda real de 5%, além da extinção de alguns benefícios; aprovação das parcerias público-privadas (PPP) na gestão de algumas áreas, com destaque para a segurança pública (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 84).

Na realidade, contudo, o conteúdo da dívida mineira aumentou de forma considerável: “Entre 31/12/2002 e 31/12/2010, a dívida contratual (DC) do governo do estado de Minas Gerais evoluiu, em valores nominais, de R\$ 34.650,5 milhões para R\$ 64.475,8 milhões [...] uma variação de 87,2%” (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 95-96). Nesse sentido, o que se verificou foi uma piora violenta das contas públicas, apesar de um relativo crescimento da economia mineira que, apesar de pequenas oscilações, saiu de 3,7% do PIB em 2002 para 10,9% em 2010 (OLIVEIRA; GONTIJO, 2012, p. 87). O crescimento verificado se justificou, em grande medida, por um “boom” no preço das commodities, o que repercutiu em aumento das receitas estaduais, com destaque para as exportações de minério de ferro. Nas análises de Dulci, os números não são nada alentadores:

Minas Gerais está entre os estados em pior situação, ao lado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. A renegociação de 1998 envolveu uma dívida de R\$ 13 bilhões, cujo serviço representou, para Minas, o pagamento de R\$ 42 bilhões até abril de 2016, mas o estado ainda está devendo R\$ 70 bilhões. É, visivelmente, um compromisso inviável (DULCI, 2016, p. 107).

A consequência principal de todo este quadro de déficits fiscais foi a perda da capacidade de investimento do estado. Segundo dados da Fundação João Pinheiro, Minas Gerais tinha um total previsto de investimentos em 2004 na ordem de US\$ 7,789 milhões e, apesar de ter chegado em patamares da ordem de US\$ 20,000 milhões entre 2007 e 2009, caiu drasticamente para US\$ 997 mil em 2017. No que tange ao cálculo das receitas e despesas orçamentárias, o estado fechou 2017 com um déficit de R\$ 9.767.760 milhões. Por fim, mas não menos importante, a dívida pública consolidada chegou ao incrível patamar de R\$ 102,815 milhões (FJP, 2018).

Diniz nota ainda como a participação de Minas Gerais, apesar do crescimento econômico interno, decaiu em termos relativos: “A participação de Minas no PIB brasileiro, estimada em 11% em 1980, voltou a cair nas décadas seguintes, oscilando ao longo dos anos, especialmente com a queda do preço das commodities, chegando em 2015 com participação de 8,7% do total nacional” (DINIZ, 2018, p. 214). Trata-se de indicativo de como o estado mineiro perdeu espaço econômico relativo na federação brasileira.

Percebe-se, a partir do exposto, como a bancada mineira perdeu prestígio político no cenário nacional em decorrência, em grande medida, da diminuição relativa de sua bancada, bem como pelo fenômeno da pulverização partidária que caracterizou o sistema político brasileiro pós-constituição de 1988. Além disso, a realidade fiscal das contas públicas brasileiras e mais especificamente mineiras contribuiu para novas fórmulas em termos de gestão pública na tentativa de superar o cenário de crise econômica. Trata-se de terreno propício para a germinação da ideologia neoliberal, a qual passou a ser espécie de “mantra” a guiar as políticas públicas, retirando a capacidade estratégica de investimento do estado. Tal conjuntura adquire um teor explicativo mais relevante para entender a falta de protagonismo das elites mineiras e a consequente dificuldade em termos de gestação de novas lideranças políticas com projeção nacional, visto que os ocupantes do executivo estadual se viram enredados desde o final da década de 1980 com problemas a curto prazo de ordem fiscal e de compatibilização da dívida estadual.

3.2 A Presença do tecnicismo no executivo estadual mineiro

Um tipo de política de contenção de gastos já começou a dar a tônica no executivo mineiro no final da década de 1980 sob o governo de Newton Cardoso (1987-1991), eleito pelo PMDB ainda em um contexto de redemocratização política no país. Apesar da forte mobilização da sociedade civil, consubstanciada nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para elaboração da carta magna de 1988, o cenário era de crise econômica. Nesse contexto, Motta afirma que: “Durante o seu governo em Minas, (Newton Cardoso) enxugou a máquina administrativa, realizou um amplo programa de obras, se desfez de empresas estatais e agitou o mercado de comunicação” (MOTTA, 2008, p. 241). Os últimos anos da década de 1980 abarcaram uma forte instabilidade econômica, contando inclusive com anúncio de moratória do governo federal em fevereiro de 1987, o qual passava por grave recessão econômica combinada com altos índices de inflação e dificuldades quanto ao pagamento da dívida externa (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2009, p. 430).

Nesse contexto, Newton Cardoso se tornou figura emblemática no cenário político mineiro, congregando uma carreira tradicional no mundo da política e uma carreira empresarial de relevo. Nesse sentido, “Ao lado da política, Newton construiu um musculoso grupo empresarial que leva o seu nome, com atuação em indústria, construção civil, siderurgia, agropecuária e segmento florestal” (MOTTA, 2008, p. 242). Em sua trajetória política, destaca-se suas passagens na prefeitura de Contagem (1973-1977) (1983-1986) (1996-1998), cidade metropolitana que acomoda um polo industrial de referência no estado, bem como uma experiência parlamentar como deputado federal entre 1978 e 1983 pelo então MDB, sendo eleito com votação expressiva. A experiência na administração do executivo municipal aliada ao perfil “empreendedor” alavancou a candidatura de Newton Cardoso para o governo do estado, o que de fato veio a ocorrer em 1987.

Como governador, a política econômica foi marcada por cortes de gastos e enxugamento da máquina pública, sob a alegação de “desaquecimento” da economia brasileira e de diminuição da arrecadação tributária do estado. Ao mesmo tempo, sua gestão contou com um Plano de Metas, de nítida inspiração desenvolvimentista, o qual “[...] previa o investimento de 2/3 dos recursos do estado em áreas como saúde, educação e desenvolvimento urbano, além de reivindicar maior participação de Minas Gerais no quadro político nacional” (GOMES, 2017, p. 25). Dentre as obras realizadas em seu

governo, pode-se destacar o programa BH-90 e o desenvolvimento da malha rodoviária vicinal. Ao mesmo tempo, foi acusado de inúmeras irregularidades pela imprensa da época, tendo sido alvo por três vezes de impeachment durante seu governo sob a acusação de crime de responsabilidade e improbidade administrativa. Dessa forma, pode-se enquadrar o governo Newton Cardoso em um modelo de gestão “híbrida”, pois contou com práticas da política desenvolvimentista, mas também aderiu às políticas de corte de gastos, por um lado por força das circunstâncias da época, mas por outro por estratégia de enfraquecimento das estruturas de estado com objetivos de favorecimento de grupos empresariais, em especial do ramo de infraestrutura.

Se o governo Newton Cardoso ainda guardou certas características desenvolvimentistas, diferente foi o caso da gestão encabeçada por Eduardo Azeredo (1995-1999) eleito pelo PSDB. Tem-se agora um modelo de desenvolvimento para o estado de Minas Gerais mais alinhado com o ideário neoliberal. Vale lembrar que na mesma época foi eleito para o mandato de presidente da república Fernando Henrique Cardoso, também do PSDB.

Formado em Engenharia e com notável bagagem nas áreas da informática e da estatística, Azeredo ficou conhecido pelo perfil “técnico” no que tange à gestão pública. Em 1990, assumiu a prefeitura de Belo Horizonte, executando políticas públicas calcadas na racionalidade administrativa, o que lhe rendeu boa aprovação na opinião pública (FGV, 2020b). Um pouco antes, na época do governo de Tancredo Neves, foi indicado para dirigir a Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais – PRODEMGE, em 1982. Esta experiência na administração pública o credenciou a governar o estado a partir de uma perspectiva eminentemente “técnica”, pelo menos em tese (MOTTA, 2008, p. 249). Nesse sentido, uma política econômica de privatizações ocorreu durante o seu governo, sob a alegação de que o estado precisava focar nas áreas fundamentais da educação e da saúde. Destaca-se a venda da Companhia Vale do Rio Doce, com participação do governo federal, bem como a desestatização de dois bancos mineiros: o BEMGE, em 1997 e o CREDIREAL, em 1998¹⁸. (FGV, 2020b)

O governo Eduardo Azeredo marcou, em âmbito estadual, uma retórica que viria a se firmar nos governos vindouros: a de um modelo de gestão pública eficiente, em que a formação técnica é evidenciada como o principal elemento para gerir as contas públicas. Estabelece-se, assim, uma tensão na forma de hierarquia entre as dimensões da

¹⁸ A venda de bancos e empresas públicas estaduais estava inserida dentro do pacote de negociação das dívidas dos estados com a união que começou em 1995, vindo a ser pactuado em 1997.

política e da técnica que marcaria a trajetória dos governos mineiros vindouros, pois a técnica é colocada como elemento de eficiência para resolução dos problemas políticos, ficando a própria política marginalizada.¹⁹

A presença do tecnicismo no executivo estadual mineiro se configurou com mais ênfase nos governos do PSDB já nos anos 2000 sob a bandeira do “Choque de Gestão”. Assim, destacou-se as gestões de Aécio Neves (2003-2010) e Antônio Anastasia (2011-2014) como governos que tentaram priorizar a gestão do estado a partir de uma política de ajuste fiscal, mais focada no estabelecimento de metas para o alcance de resultados, ao menos em tese.

Aos 22 anos, Aécio Neves foi secretário particular do então governador de Minas Gerais, seu avô Tancredo Neves. Acumulou uma experiência parlamentar considerável, exercendo mandato de deputado federal por 16 anos (1986-2002). Nesse sentido, foi ganhando projeção dentro do PSDB, sendo presidente da Câmara dos Deputados entre 2000 e 2002. Para o governo de Minas Gerais, venceu a disputa contra Newton Cardoso, tendo votação expressiva, com maior destaque no seu segundo mandato, quando teve 77% dos votos válidos já no primeiro turno das eleições. Ao deixar o governo, tinha alta aprovação, com números girando em torno dos 92% (GOVERNO DE MINAS, 2019).

A marca registrada do seu governo foi, como já foi dito, a política do “Choque de Gestão”²⁰. A intenção desse “choque”, na visão de seus idealizadores, era trazer economia aos cofres públicos através do enxugamento da máquina administrativa, calcado nos princípios modernos da eficácia, eficiência e efetividade na gestão dos recursos e na entrega dos serviços à população, gerando maior transparência e credibilidade (FGV, 2020c).

Após a gestão à frente do governo do estado, Aécio se elegeu senador da República (2010-2014) até disputar a presidência do Brasil, perdendo na ocasião para a então candidata, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores – PT. Aécio Neves teve sua imagem extremamente desgastada após várias denúncias de envolvimento com

¹⁹ É evidente que a técnica é dimensão que faz parte da realidade moderna de gestão do estado e dos recursos públicos. No entanto, passa a ser apropriada por alguns setores da elite política passando a servir de justificação para seus atos, o que traduz a noção da técnica como ideologia (HABERMAS, Jurgen. Técnica e Ciência como “Ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1968).

²⁰ Os desdobramentos desta política no âmbito da gestão de novas lideranças mineiras serão tratados no último tópico deste capítulo dentro do contexto da “reforma gerencial” na década de 1990.

corrupção, o que o levou a disputar uma cadeira de menor expressão nacional em 2018, quando foi eleito para deputado federal.

Na realidade, é possível dizer que Aécio Neves conseguiu construir uma carreira política lastreada em um tipo de “clientelismo regional” que permitiu a ele aglutinar forças políticas até então divergentes. Sua estratégia basilar foi a distribuição de recursos para prefeitos e deputados da Assembleia Legislativa de diferentes espectros políticos para em troca receber apoio. Nesse sentido, “Embora tentasse se vender como estadista, Aécio tinha como virtude a repartição do poder em diversas frentes, sobretudo no interior de Minas Gerais” (PIRES, 2017). Apesar de evocar em seus discursos a figura de Tancredo Neves, Aécio Neves não conseguiu emplacar o prestígio obtido por seu avô.

A política do “Choque de Gestão” teve continuidade com o governo de Antônio Anastasia, o qual trabalhou como técnico na referida política durante o governo anterior. Com experiência na administração pública, tendo passagens pela Fundação João Pinheiro, Anastasia sempre vinculou sua imagem à ideia de gestor público eficiente e de perfil técnico. Segundo sua própria avaliação:

Ao conceber o programa de Governo, o ora Governador do Estado (Aécio Neves), então candidato, contou com o concurso de um grupo de técnicos de diversas áreas do conhecimento e com vasta experiência no trato da coisa pública, sob nossa coordenação. Das reuniões deste grupo com o então candidato percebeu-se, em todos os segmentos, que havia um sério problema de gestão na Administração Pública, ou seja, não somente enfrentávamos uma crise fiscal, como também a forma de funcionamento do Estado estava obsoleta e bolorenta, sem condição de responder às necessidades da população, em todos os setores relevantes. Destarte, percebeu-se que de nada valeria recuperar a capacidade de investimento do Poder Público se não se modificasse o seu “modus operandi”, sob pena de continuarmos com indicadores deficientes nas políticas públicas estaduais (ANASTASIA, 2006, p. 15).

É evidente que os paradigmas fincados na eficiência dos procedimentos e na busca efetiva de resultados não podem ser desprezados por uma gestão dos recursos públicos em pleno século XXI, onde as demandas por transparência e inovações tecnológicas são fatores indiscutíveis. No entanto, “o ponto controverso diz respeito à equação entre serviço público e lógica empresarial, o que incide diretamente no papel dos servidores públicos” (DULCI, 2016, p. 104). Ademais, é importante contextualizar a política do “Choque de Gestão” com as conjunturas políticas a nível nacional e internacional daquela época que permitiram um crescimento econômico considerável, resultando em aumento de arrecadação para os estados. Sendo assim,

Sem ignorar o impacto do ajuste fiscal promovido nos primeiros anos do “choque de gestão”, o fato é que a melhora substancial da economia

brasileira a partir de 2004 proporcionou o aumento das receitas estaduais. Disso resultou que a administração mineira não só progrediu na questão fiscal, como ganhou espaço para investimentos (DULCI, 2016, p. 105).

Para melhor visualização dos governos mineiros pós-ditadura militar, elencamos no quadro a seguir alguns dados relevantes sobre os ocupantes do executivo estadual.

Quadro 06 - Governadores eleitos em Minas Gerais – 1986-2018²¹

Nº	Período	Nome	Partido	Formação	Naturalidade	Região/estado
01	1987-1991	Newton Cardoso	PMDB	Advogado; Empresário	Brumado	Bahia
02	1991-1995	Hélio Garcia	PRS	Advogado	Santo Antônio do Amparo	Sul
03	1995-1999	Eduardo Azeredo	PSDB	Engenheiro	Belo Horizonte	Metropolitana
04	1999-2003	Itamar Franco	PMDB	Engenheiro	Salvador ²²	Bahia
05	2003-2010	Aécio Neves	PSDB	Economista	Belo Horizonte	Metropolitana
06	2011-2014	Antônio Anastasia	PSDB	Advogado	Belo Horizonte	Metropolitana
07	2015-2018	Fernando Pimentel	PT	Economista	Belo Horizonte	Metropolitana
08	2019-	Romeu Zema	NOVO	Empresário	Araxá	Triângulo Mineiro

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir de dados da ALMG, 2020.

O quadro 06 traz informações relevantes sobre os governadores eleitos já sob a égide de um estado democrático de direito, algumas delas passíveis de desdobramentos. Destacamos três pontos: 1) a hegemonia de governos do PSDB; 2) o perfil eminentemente técnico dos ocupantes do executivo estadual; 3) A origem geográfica da maioria dos governadores (região metropolitana). O primeiro ponto diz respeito à força que o PSDB conquistou no estado mineiro durante a denominada “Nova República”. Tal partido, surgido em 1988 após uma dissidência com o PMDB foi o partido que mais assimilou a ideologia neoliberal em termos de gestão do estado, apesar de tentar amalgamar o ideário da socialdemocracia de matriz europeia. Assim, O PSDB teve forte projeção nacional já no seu início, o que pode ser visualizado no quadro 07. De 38 cadeiras em 1990, o PSDB passou a ter 99 cadeiras em 1998 no legislativo federal. Em Minas Gerais, o aumento foi

²¹ Apesar de o governo Tancredo Neves ter sido eleito de forma direta em 1982, ainda estava oficialmente dentro da ditadura militar, não sendo por isso incluído neste quadro. Alberto Pinto Coelho também não foi incluído pelo fato de não ter sido eleito de forma direta, assumindo o governo do estado provisoriamente após a renúncia de Antônio Anastasia.

²² Apesar de ter sido registrado em Salvador pelos pais, Itamar foi criado na cidade de Juiz de Fora, onde construiu sua carreira política inicialmente.

considerável, passando de seis para quatorze representantes da legenda no mesmo período.

Quadro 07 - Número de cadeiras obtidas pelo PSDB na Câmara dos Deputados, por região 1990-1998

Estado/Região	1990		1994			1998			
	N	%	Força relativa	N	%	Força Relativa	N	%	Força Relativa
NORTE	1	2,6	0,2	5	8,1	1,0	13	13,1	2,5
NORDESTE	12	31,6	2,4	21	33,9	4,1	27	27,3	5,3
SUL	5	13,2	1,0	3	4,8	0,6	8	8,1	1,6
CENTRO- OESTE	1	2,6	0,2	3	4,8	0,6	8	8,1	1,6
Minas Gerais	6	15,8	1,2	8	12,9	1,6	14	14,1	2,7
Espírito Santo	3	7,9	,6	2	3,2	0,4	3	3,0	0,6
Rio de Janeiro	1	2,6	0,2	5	8,1	1,0	11	11,1	2,1
São Paulo	9	23,7	1,8	15	24,2	2,9	15	15,2	2,9
SUDESTE	19	50,0	3,8	30	48,4	5,8	43	43,4	8,4
BRASIL	38	100,0	7,6	62	100,0	12,1	99	100,0	19,3
Magnitude	503		100,0	513		100,0	513		100,0
FONTE: TSE									

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>. Acesso em: 28 fev. 2020.

Dessa forma, a legenda do PSDB foi a que mais ocupou o executivo estadual mineiro no período pós-ditadura militar. A propagação de um perfil técnico, comprometido com as finanças públicas, com promessas de resolução dos principais problemas financeiros do estado em um contexto de grave crise econômica provavelmente contribuiu para o considerável desempenho do partido, pois nessas circunstâncias o eleitorado procura se apoiar em candidatos “novos” que deem a esperança de renovação política para mudar a situação.

O segundo ponto diz respeito justamente à ocupação/formação básica dos governadores. Apesar de muitos políticos mineiros seguirem a profissão de bacharéis em Direito, como foi o caso de governadores como Hélio Garcia e Antônio Anastasia, há um perfil de personalidades políticas à frente do executivo estadual mais ligadas ao mundo dos negócios e com pendor para profissões liberais como engenheiros e economistas. Aí se encontra um nexos relevante com a história política mineira. É Carvalho quem

estabelece conexões desse perfil na própria história política das elites mineiras, retomando, por exemplo, figuras políticas de renome como Teófilo Ottoni, que estudou mecânica e matemática; Israel Pinheiro, seguindo a profissão de engenheiro; JK na ocupação de médico, além do próprio João Pinheiro com formação em Engenharia. Dessa maneira, “Nenhum deles era bacharel preocupado em enquadrar a realidade nas leis. Queriam mudar a realidade pela ação da política e da técnica, se possível dentro da lei” (CARVALHO, 2005, p. 73).

Trata-se de um indicativo relevante para pensar a atuação política das lideranças mineiras, as quais demonstraram historicamente uma preocupação em intervir na realidade, imprimindo, para tanto, políticas de viés mais pragmático. De 1995 para cá, o que se observa consultando o quadro 06 é que, no que tange à formação profissional dos governadores, a presença das profissões liberais é hegemônica, com destaque para as áreas da economia e da engenharia. A exceção formal seria a de Anastasia, porém ele também possui trajetória marcante na administração pública com estreita aproximação entre o mundo técnico-empresarial e o mundo da política.

A ocupação de postos estratégicos nos governos por engenheiros e economistas pode ser comprovada pela experiência histórica das elites mineiras, reforçando a tese da presença do discurso da técnica na política regional. Nesse contexto, “Os engenheiros, formados no âmbito regional, em escolas reconhecidas nacionalmente, alcançam o Estado definitivamente após 1933 e, embora com dissidências internas à categoria, trabalham sistematicamente no entorno do poder público [...]” (GODOY, BARBOSA; BARBOSA, S/D, p. 8).

No caso dos economistas, destaca-se a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas que permitiu a participação mais efetiva dos mesmos em postos da Administração Pública. Dessa forma, “[...] o período que se estende entre 1945 e 1964 demarcará a ascensão da categoria profissional do economista em âmbito nacional, na medida em que se apresenta como o profissional de corte ideal para os desafios técnicos impostos pela realidade econômica” (GODOY, BARBOSA; BARBOSA, S/D, p. 9).

Nomes históricos costumam ser destacados para representar o surgimento da tecnocracia mineira, como o dos engenheiros Israel Pinheiro e Lucas Lopes, do empresário Américo Renné Gianetti, além do considerado lendário João Pinheiro. Todos esses nomes, vale ressaltar, possuem uma forte aproximação com a iniciativa privada, tendo mesmo, com frequência, seus próprios negócios, o que reforça o caráter polivalente

das elites mineiras, com conseqüente fluidez entre atuação na administração pública e na área empresarial, o que pende mais para um “tecno-empresariado” do que para uma tecnocracia em sentido estrito (DULCI, 1999, p. 165).

A elite empresarial, apesar de dificuldades de organização enquanto classe específica, teve expressiva atuação sob a legenda de associações de classe como a Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG, que teve Américo Giannetti como seu presidente e a Associação Comercial de Minas – ACM, que teve figuras políticas de peso como o ex-governador Magalhães Pinto (DULCI, 1999, p. 174-175).

A estruturação de empresas de economia mista e/ou autarquias, como foi o caso da CEMIG em 1952 e depois o BDMG, em 1962 serviram de espaço propício para o trabalho de uma tecnocracia envolvida em um ideário desenvolvimentista. No caso da CEMIG, destaca-se que

Embora pioneira, a CEMIG não foi exclusiva; ainda na década de 1950, outras empresas públicas, de capital misto, foram fundadas em Minas. Essas empresas notabilizaram-se pelo alto perfil técnico, com ampla racionalidade administrativa, de forma divergente dos espaços tradicionais do poder público (GODOY, BARBOSA; BARBOSA, S/D, p. 5).

O documento “Diagnóstico da Economia Mineira”, elaborado por técnicos do BDMG, em 1968, é exemplo da presença marcante da tecnocracia nas estruturas de estado regionais. Configura-se, pois, como um esforço para mostrar a persistência do atraso econômico relativo do estado de Minas Gerais que vinha se arrastando ao longo dos tempos até à época em que foi publicado, no contexto da Ditadura Militar. Assim,

No quadro da centralização política autoritária do final da década de 1960 e da hegemonia de modelo econômico que estreitava sobremaneira a autonomia dos estados na definição dos rumos de suas políticas de desenvolvimento regional, parecia restar ao Governo de Minas a adoção de estratégia que, a partir da mobilização da autoridade tecnocrática, sensibilizasse o Governo Federal para a decidida intervenção com vistas à superação de problemas graves e característicos da formação histórica mineira (GODOY, BARBOSA; BARBOSA, S/D, p. 5).

É claro que essa tecnocracia ou “tecno-empresariado” se desenvolveu em conexão estreita com o desenvolvimentismo. Diferente é o caso atualmente, em que a tecnocracia já está mais ancorada nas ideologias do neoliberalismo e da globalização. Dessa forma, apesar de haver na trajetória das lideranças políticas mineiras um pendor para ocupações de caráter mais técnico e pragmático, o que se observa a partir dos anos

de 1990 é um deslocamento do papel do estado com consequente perda de centralidade de projetos ligados ao desenvolvimento e planejamento regional. Mas foi justamente esse perfil de político mais “técnico” que está presente na história das elites políticas mineiras que facilitou, a nosso ver, a penetração de ideias de vertente neoliberal.

A origem geográfica dos ocupantes do executivo estadual no período democrático pós-1985 é outro dado que pode ser evidenciado. Metade dos governadores do período em questão elencado no quadro 06 são naturais de Belo Horizonte, representando uma leva de políticos que a despeito de manterem conexões com a política tradicional, estão envolvidos com um ideário mais modernizante. Assim, a hegemonia que a região central teve no passado por conta, em grande medida, da atividade mineradora, dá lugar a políticos mais sintonizados com os “novos tempos”, em conexão estreita com os valores modernos de maior fluidez na interação entre estado e sociedade civil.

A problemática sobre as relações entre as dimensões da técnica e da política na condução de projetos de desenvolvimento regional nos leva para a própria reflexão do modo como as elites políticas mineiras incorporaram os valores liberais²³. Ao analisar a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil em conexão com suas possibilidades históricas, Florestan Fernandes enfatizou como o liberalismo enquanto projeto das elites teve dificuldades em termos de penetração das ideias em função da inexistência do que ele denominou de “ordem social competitiva”. A competição foi assimilada, assim, de forma a beneficiar os “agentes econômicos” privilegiados.

Nesse sentido, o liberalismo à brasileira adquiriu tonalidade conservadora haja vista a manutenção do regime escravocrata e o enorme receio que as elites tinham em relação às possíveis revoltas das camadas populares (FERNANDES, 1976, p. 167). O liberalismo acaba sendo uma espécie de verniz social, sendo instrumentalizado por parte das elites no que tange às pautas econômicas, mas criando um fosso do ponto de vista político entre liberalismo e democracia.

²³ Há controvérsias, entretanto, se de fato o liberalismo vingou no Brasil. Para Antônio Paim, o período republicano foi caracterizado mais pelo autoritarismo de base positivista do que pelo exercício das liberdades e de um aprofundamento das representações políticas, características marcantes do liberalismo político. A primeira república possuiu sérias dificuldades de representação política, com a vigência de apenas um partido com suas variações regionais, conforme visto no primeiro capítulo. O período posterior foi marcado por ditaduras com um interregno democrático (1945-1964), mas que também não promoveu um aprofundamento dos ideais liberais, condicionando os debates políticos à dicotomia governo versus oposição, o que também se estende para a ditadura militar (PAIM, 1998, p. 7).

O caso mineiro não foge à regra de incorporação de um liberalismo com ares conservadores, mas guarda algumas peculiaridades. Na Segunda República, de 1945-1964, apesar das divergências partidárias, UDN e PSD tinham representantes que partilhavam dos ideais liberais em Minas Gerais, como foi o caso de Milton Campos, do primeiro partido, e Juscelino Kubitschek, no caso do segundo partido. Guimarães ressalta como historicamente o liberalismo se fez presente no estado mineiro, mas conjugado com pautas de caráter social, ao menos no plano dos discursos. Assim,

A formação do liberalismo em Minas é menos economicista do que a sua gênese e desenvolvimento em São Paulo, dialogou sempre mais com certas sensibilidades cristãs de justiça social. Este liberalismo perdeu o seu chão histórico de desenvolvimento com a ditadura militar de 1964, ao apoiar o golpe, e agora dissolveu-se no liberalismo extremadamente mercantil, que tem sede em São Paulo (GUIMARÃES, 2018, p. 329).

Se há dúvidas quanto à origem do ideário de modernização (se de base liberal-democrática ou de base positivista-autoritária), o fato é que tal ideário esteve ligado a projetos de desenvolvimento no período de 1930 a 1970. A partir da década de 1980, percebe-se um enfraquecimento no que diz respeito à capacidade do estado em termos de planejamento regional, haja vista que a própria tecnocracia de viés desenvolvimentista que se estruturou no estado mineiro entrou em ocaso, em um contexto onde “a economia brasileira foi atingida por uma sucessão de crises econômicas e políticas, com alta inflação, déficit na balança comercial, crise da dívida externa, queda de crescimento e alto desemprego” (DINIZ, 2018, p. 210).

De fato, a conjuntura das décadas de 1980 e 1990 acarretou sérias dificuldades para a economia mineira com conseqüente enfraquecimento de instituições que pensavam o planejamento econômico do estado, como o BDMG e a Fundação João Pinheiro – FJP (DINIZ, 2018, p. 212). O que se percebe é que o cenário em questão é revelador de um novo modelo de política, em que o racionalismo econômico passa a predominar, o que acaba por enfraquecer as elites políticas mineiras tanto internamente como em termos de representatividade em dimensão nacional.

Percebe-se, assim, que o período da redemocratização em diante gerou um conjunto de incertezas para o mundo da política, tanto a nível estadual como federal. Guimarães, em suas análises, sugere uma indagação:

A tradição política dos mineiros havia perdido, com a morte de Tancredo, seu personagem de maior lastro histórico. Com uma nova esquerda ainda em formação, com a direita fisiológica à ditadura militar (os destroços da UDN) deslegitimada, com o centro sem cabeça, qual

seria, então, a presença dos mineiros na cena política nacional?
(GUIMARÃES, 2018, p. 325)

O próprio Guimarães coloca uma resposta possível: “A política de Minas – seus partidos, suas figuras de maior expressão nacional – perdeu capacidade de liderar” (GUIMARÃES, 2018, p. 325). Tem-se, com isso, um forte deslocamento do papel do estado e da própria função da política na contemporaneidade, abrindo espaço para modelos de gestão eminentemente “gerenciais” que tendem a provocar um esvaziamento político em termos de gestação de novas lideranças.

3.3 Do “Gerencialismo de Estado” à crise da “Ideologia da Mineiridade”

Nos anos de 1980, mas principalmente a partir de meados de 1990, a ideologia neoliberal tornou-se hegemônica no Brasil e no mundo. É claro que no plano dos discursos, a questão do “desenvolvimento” continua a ter lugar importante, mas sem lastro político e econômico suficiente para qualquer tipo de efetivação. Sob a égide do desenvolvimentismo, o estado, como foi visto, tinha papel primordial como indutor do desenvolvimento, seja com investimentos diretos, seja no estímulo à iniciativa privada. A mudança de paradigma, do desenvolvimentismo para o neoliberalismo, ocasionou um forte deslocamento acerca do papel do estado e da função da política na contemporaneidade, o que repercutiu no que denominamos “crise da mineiridade” enquanto ideologia das elites mineiras.

Em âmbito nacional, destaca-se uma série de medidas governamentais na década de 1990 que ficaram conhecidas na literatura como “Reforma gerencial”, a qual se processou a partir de 1995 com o início do governo FHC. Trata-se, em síntese, da implementação da lógica gerencial na administração pública em substituição à lógica burocrática, tendo como referencial teórico a denominada “Nova Gestão Pública” (BRESSER PEREIRA, 2017, p. 151). Nesse contexto, um conjunto de mudanças institucionais passou a ser elaborado para atender à nova fase do capitalismo, agora com forte influência das “altas finanças”. Agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a recomendar medidas de controle inflacionário e de equilíbrio das contas públicas como forma de controle dos gastos públicos. Em consonância com tais recomendações, o executivo federal concebeu o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, em 1995, o qual serviu de base para a tomada de medidas que visaram equacionar a atuação do estado em âmbitos diversos da

administração pública. Tal plano esteve vinculado inicialmente ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE –, o qual, apesar de extinto em 1999, continuou com suas atribuições em outros ministérios, com destaque para o Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão (GOMES, 2017, p. 51).

O diagnóstico presente no Plano Diretor referido acima expõem visão peculiar ao fazer uma associação entre a crise do capitalismo financeiro com a crise do estado moderno. Já na sua apresentação, assinada pelo próprio FHC na condição de presidente da República, é dito que

Em razão do modelo de desenvolvimento que governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação (BRASIL, 1995, p. 9).

A orientação expressa pelo executivo federal foi de um remodelamento do aparelho de estado aos moldes gerenciais, o que trouxe inovações institucionais relacionadas ao papel de regulação e fiscalização através da criação de agências reguladoras, da ideia das Parcerias Público-Privadas (PPP) e do estabelecimento de parcerias com as denominadas “Organizações Sociais” (OS). Assim, “[...] busca-se o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado, particularmente a nível federal e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo das prestações de serviços sociais e de infraestrutura (BRASIL, 1995, p. 18).

O surgimento das agências reguladoras data desse período. Segundo Melo, tais agências “[...] representam uma das principais inovações organizacionais do Estado brasileiro nos anos 90. Na realidade, o seu significado é ainda mais amplo: elas inauguram um novo padrão de intervenção estatal com relação à economia e à sociedade” (MELO, 2002, p. 247). Dessa maneira, há um movimento por parte do governo federal em desburocratizar e descentralizar as funções da administração pública para determinados entes criados por ela mesma, mas com maior liberdade de governança para exercer um poder fiscalizador. Em sentido parecido estão as PPPs, as quais

[...] constituem um modelo de financiamento e/ou de concessão no qual o investidor privado divide com o poder público os riscos de um investimento. No Brasil, identifica-se a adoção de parcerias entre o setor público e o setor privado sobretudo através dos regimes de concessão de serviços públicos (FGV, 2020e).

De outro lado, as OS ganharam espaço privilegiado na medida em que passaram a ter autorização e competência legal para executar tarefas antes atribuídas à administração federal direta. Segundo o Plano Diretor da época,

O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do estado, forem realizados pelo setor público não-estatal (BRASIL, 1995, p. 74)

Foi no contexto das OS que o estado passou a celebrar contratos com as denominadas OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público –, qualificação que surge no bojo da institucionalização de parcerias com o terceiro setor no Brasil (CARDOSO, 2014). A transferência de atribuições do executivo federal para as OS foi propalada pelo governo federal como aspecto essencial para a modernização da administração pública, na direção de maior descentralização das funções. O quadro 08 a seguir dá um panorama do que se pretendia fazer à época em termos de reformulação do papel do estado.

Percebe-se, pois, uma tendência no nível federal de compor um conjunto de reformas institucionais que restringissem a participação direta do estado como indutor do desenvolvimento, visto que o ajustamento das contas públicas se tornou uma necessidade premente. A partir das inovações referidas que foram processadas em meados e final da década de 1990, tem destaque também a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) aprovada em meados de 2000, a qual vem reafirmar os princípios de controle dos gastos públicos em nível federal bem como nas esferas estadual e municipal.

Quadro 08 - Setores estatais, características, tipos de propriedade e objetivos no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

Setores do Estado	Características	Tipo de propriedade	Objetivos
Núcleo estratégico	Corresponde ao governo, em sentido lato. É o setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento.	Estatal	Aumentar a efetividade, modernizando a administração burocrática e dotando de capacidade gerencial.
Atividades exclusivas	É o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado - o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar.	Estatal	Transformar as autarquias e fundações que possuem poder de Estado em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão.
Serviços não-exclusivos	Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. O Estado está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais ou externalidades.	Pública não estatal	Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de “publicização”, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária.
Produção de bens e serviços para o mercado	Corresponde à área de atuação das empresas. É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado.	Privada	Dar continuidade ao processo de privatização, reorganizar e fortalecer os órgãos de regulação dos monopólios naturais que forem privatizados e implantar contratos de gestão nas empresas que não puderem ser privatizadas.

Fonte: (GOMES, 2017, p. 52-53).

Leite nos apresenta breve histórico que culminou na elaboração da LRF:

Em 1997, a situação financeira dos governos estaduais estava insustentável e a administração federal elaborou uma proposta de acordo de renegociação das dívidas estaduais. Em 1998, entrou na

agenda política do governo a ideia de se regulamentar o Art. 163 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que tratava de finanças públicas. Esta sugestão foi levada adiante no governo federal, no âmbito de um programa de reação das autoridades brasileiras à crise da Rússia. Em abril de 1999, entrou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar (PLC) no 18, que daria origem à LRF, logo após a crise de desvalorização cambial, em janeiro de 1999 (LEITE, 2011, p. 8).

Leite sustenta ainda como a mídia teve papel relevante no processo de discussão sobre a LRF, passando a organizar vários editoriais e matérias que passaram a veicular a importância da transparência e do controle das finanças públicas para um bom desempenho de um governo (LEITE, 2011, p. 9). No entanto, é preciso chamar a atenção justamente para o lado perigoso da LRF: “Observando-se atentamente seu conteúdo, percebe-se que ela (LRF) implementa uma série de restrições fiscais e financeiras aos estados e municípios, reduzindo a autonomia federativa desses entes” (LEITE, 2011, p. 10).

É notável, assim, como a LRF enquanto mecanismo de controle dos gastos públicos em todas as esferas do poder público acabou acarretando em um conjunto de preocupações de caráter mais técnico e formal do que propriamente político. Nesse contexto, “[...] pode-se dizer que a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) representa um marco após um longo período de medidas para controle de gastos e do endividamento público de estados e municípios” (GOMES, 2017, p. 50). O panorama em termos de discussão sobre o papel do estado enquanto promotor de políticas públicas ficou, em grande medida, em segundo plano, visto que as prioridades passaram a ser de ordem financeira e administrativa.

Dentro do quadro dos entes federativos, pode-se dizer que os governos mineiros estiveram atentos e em conexão estreita com as propostas de remodelação do estado e conseqüente modernização de seu aparato burocrático. Isso se deveu a questões de ordem objetiva, pois Minas Gerais acumulava sérios problemas relacionados ao equilíbrio fiscal, como o caso de sua dívida pública, conforme já visto no início deste capítulo. Mas é possível identificar uma sintonia considerável por parte das elites mineiras em adotar projetos de remodelação do aparato estatal, graças, em grande medida, ao histórico de trabalho profícuo de sua tecnocracia.

A experiência do “Choque de Gestão”, no entanto, foi a mais emblemática e confirma a argumentação dessa tendência do executivo estadual mineiro de maior modernização de suas estruturas de estado. Quando o auge da chamada “reforma

gerencial” já havia passado, não sendo mais a tônica de projetos em âmbito federal, os governos mineiros, sob a direção da legenda do PSDB inauguram uma política de ajuste fiscal das contas públicas estaduais visando maior transparência na gestão dos recursos públicos e maior eficiência dos serviços prestados.

Alguns instrumentos normativos foram criados e podem ser destacados. Primeiro, o intitulado “Acordo de Resultados”, o qual passou a ser tratado como inovação para a consecução de projetos e prestação de serviços da própria Administração Pública Estadual. Tendo como referência legal a lei nº 14.694, de 30 de julho de 2003, tal acordo consistia em “[...] instrumento de pactuação de resultados mediante negociação entre dirigentes de órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como dos gerentes das unidades administrativas e autoridades que sobre eles tenham poder hierárquico ou de supervisão” (DUARTE et. al, 2006, p. 98). Assim, o estado passou a flexibilizar contratos com determinadas unidades administrativas na tentativa de alcançar maior eficácia, eficiência e efetividade nos resultados de políticas públicas e prestação de serviços dos respectivos órgãos contemplados.

A segunda inovação institucional se deu no plano da relação do estado com a sociedade civil organizada, mais diretamente com o denominado “terceiro setor”. Dessa forma, instituiu-se a lei nº 14.870 de 16 de dezembro de 2003 que regulamentou as OSCIPs estaduais, tendo como instrumento normativo os “Termos de Parceria”. Segundo Lemos, “Através do Termo de Parceria, o Estado transfere recursos para a OSCIP executar os serviços que anteriormente eram por ele prestados, ou que ele planejava executar” (LEMOS et. al, 2006, p. 134).

A ideia é, uma vez mais, flexibilizar e desburocratizar a relação do Estado com a sociedade civil, sendo que a administração estadual passaria de executora para fiscalizadora de determinado serviço de interesse público, mantendo, em tese, sua responsabilidade institucional. Nas palavras dos autores, “[...] o Estado define o que será feito, em que medida e com que qualidade, enquanto a OSCIP é quem definirá o “como será feito”, ou seja, a operacionalização” (LEMOS et. al, 2006, p. 137).

A terceira e última inovação se refere às PPPs. O estado de Minas Gerais ficou conhecido pelo pioneirismo no tratamento do poder público com empresas privadas, tendo elaborado a lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003 para regulamentar seu programa próprio de parcerias público-privadas, antes mesmo de haver legislação nacional sobre o tema. A tônica do programa seguiu a mesma linha da relação da administração pública estadual com as OSCIPs, só que agora celebrando termos de

parceria com instituições privadas, tendo como pressuposto as dificuldades financeiras e orçamentárias do próprio estado para executar diretamente algumas políticas (ATHAYDE; GUSMÃO; SILVA, 2006, p. 147)

Destaca-se a realização de PPPs nas áreas da infraestrutura (melhoramento de rodovias), da segurança pública (aumento de vagas em penitenciárias estaduais) e do saneamento básico. A estruturação de tais parcerias teve importante participação de órgãos financeiros multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM), os quais patrocinaram iniciativas voltadas para a estruturação e capacitação para a execução do programa mineiro de PPPs (ATHAYDE; GUSMÃO; SILVA, 2006, p. 154).

Tem-se, assim, um panorama de como a reforma gerencial influenciou as políticas públicas em Minas Gerais, tendo como carro-chefe o “Choque de Gestão”. Mas o que a discussão precedente tem haver com o fenômeno de crise de representatividade das lideranças políticas mineiras? Apesar das inovações institucionais inspiradas nas práticas mais modernas da gestão pública, o que ficou patente no executivo estadual mineiro desde meados da década de 1990 até agora foi o esfacelamento da capacidade de exercício da política. As preocupações voltadas para a capacidade estratégica do estado como promotor do desenvolvimento deram lugar para modelos técnicos de austeridade fiscal para aplacar as graves crises orçamentárias que os estados brasileiros passaram a ficar reféns nos últimos anos.

É nesse sentido que o estado passa a ser governado a partir de um prisma eminentemente gerencial, isto é, tratado a partir objetivamente dos seus custos e encargos e das suas receitas. Como na iniciativa privada, se os custos, em tese, estão altos a ponto de comprometer a própria sobrevivência das instituições, é preciso cortar gastos e enxugar a máquina administrativa. O vocabulário hegemônico passa a girar em torno da “crise fiscal” e das formas de contenção dos gastos públicos para resolvê-la. Por mais que a política do “Choque de Gestão” tentou trazer para seu escopo a ideia de foco nos resultados e de recuperação do poder de investimento do estado, o que se efetivou foram as metas relacionadas ao enxugamento dos gastos públicos.

A própria noção de política como espaço de disputa de interesses divergentes passa a ser cada vez mais contestada pela população em geral, o que é incorporado por alguns setores da própria elite política. Assim, no plano do discurso, contrasta-se uma “velha política” e uma ‘nova política’: a primeira estaria atrelada às práticas tradicionais de se fazer política ligadas ao clientelismo e a toda sorte de práticas corruptas; a nova

política, pelo contrário, estaria conectada com as demandas da sociedade civil, adotando as tendências mais modernas de gestão dos recursos públicos, de controle dos gastos, de metas objetivas que visem mais eficiência nos serviços prestados à sociedade.

Nesse cenário, a política vira sinônimo de “politicagem”, sendo substituída pelo discurso do tecnicismo: todos os cortes de gastos, todas as indicações para composição das secretarias e postos de comando no governo são feitas por motivos “técnicos”. Enfraquece, por consequência, qualquer tipo de preocupação dos governos em relação a projetos de desenvolvimento. Ilustrativo desse quadro é a síntese feita por Diniz do desempenho de alguns dos últimos governantes mineiros:

O governo Itamar Franco se enredou em conflito com o governo federal, tendo inclusive decretado uma moratória contra o mesmo. O governo Aécio Neves foi beneficiado pelo “boom das commodities”, com a conhecida consequência da “doença holandesa”, que atrofia o desenvolvimento industrial e de outros setores. Por outro lado, optou pela construção da Cidade Administrativa, canalizando o esforço administrativo e financeiro do estado. O governo Antônio Anastasia sofreu o choque da queda do preço das commodities, reduzindo as receitas e a capacidade de investimento do estado. O governo Fernando Pimentel foi atingido pela forte crise e recessão econômica do país e do estado, além da crise orçamentária (DINIZ, 2018, p. 218),

A predominância da ideologia neoliberal vem contribuindo para a negligência dos poderes públicos frente às desigualdades sociais e ao fenômeno marcante da concentração de renda, além da questão das desigualdades regionais que afetam em cheio os entes federativos. Segundo Dulci, “Economicamente, as medidas de liberalização, orientadas para estimular uma dinâmica de mercado, despolitizam a questão das desigualdades regionais. Em princípio, induzem à concentração da riqueza e do poder econômico” (DULCI, 2004, p. 646).

O governo de Romeu Zema, eleito em 2018, endossa ainda mais os ditames neoliberais calcados no “gerencialismo de estado”, na lógica do “Estado-Empresa” e em um tipo de racionalismo econômico que “endemoniza”, por assim dizer, as estruturas de estado, passando a considerá-las como ineficientes e onerosas para a sociedade. Dulci avalia como desde a década de 1990 a realidade da representação política vem alterando seu formato aos moldes da orientação capitalista. Assim,

Se nas áreas menos desenvolvidas ainda resistem chefias e máquinas oligárquicas, de tipo coronelístico, nos centros maiores têm emergido lideranças de origem empresarial, dando à política uma fisionomia “moderna” que foi muito estimulada pelo regime ditatorial. No interior vêem-se freqüentemente grupos políticos que combinam os dois perfis,

numa simbiose entre o velho e o novo que não é nada surpreendente em contextos de modernização conservadora (DULCI, 2004, p. 644).

O “Partido Novo” talvez seja expoente dessa tendência de modernização da política no século XXI mais atrelada aos ditames neoliberais. Em seu plano de governo, por exemplo, aparece a ideia de que “O Novo é um partido de pessoas sérias e comprometidas com um estado melhor para se viver, e que acreditam que, até os dias de hoje, os governos têm prejudicado a sociedade devido à sua excessiva interferência e falta de integridade” (NOVO, 2018, p. 4). E logo na sequência vem a síntese do pensamento neoliberal:

Estado demais, gastos públicos demais, corrupção demais, impostos demais. Acreditamos que a mudança pode acontecer quando devolvemos o poder de decisão ao indivíduo, de forma que ele mesmo possa fazer suas próprias escolhas. Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si (NOVO, 2018, p. 4)

A noção de indivíduo como o centro das decisões desmonta por completo o ideário da política como plataforma reivindicatória de demandas coletivas. A visão da política e da própria sociedade como construção coletiva se desvirtua, dando lugar para um tipo de individualismo utilitário. Assume-se, dessa forma, postura minimalista que desconsidera a articulação de movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, pois o que importa são as escolhas de caráter individual.

A política vai, assim, perdendo sua legitimidade, pois o discurso passa a ser monopolizado por pautas de matiz econômico desvinculadas de outras dimensões da vida social, de modo que à política só resta seu adereço de política “econômica”. A economia se impõe enquanto realidade que deve ser seguida irremediavelmente. Assim, o que se observa nos governos mineiros é que houve uma cisão entre capacidade de gestão do estado e capacidade de liderança política, o que impacta consideravelmente na projeção do estado em âmbito nacional.

É nesse contexto que o ideário da mineiridade, tão cultuado pelos políticos mineiros e que serviu de força aglutinadora em dados momentos da história, perde força em termos de gestação de novas lideranças políticas no início deste século XXI. Dessa maneira,

Minas Gerais deixou de contar com lideranças capazes de aglutinar interesses, num mesmo projeto estratégico, cujo prestígio político seja suficiente para articular variadas instituições, prefeitos, parlamentares, setores empresariais e trabalhistas, como ocorrera no século passado.

Certamente, os últimos expoentes dessa tradição mineira – com ressonância nacional – foram Juscelino Kubitschek (1902-1976) e Tancredo Neves (1910-1985), que tiveram projeção política inicial no PSD, partido esse originário da máquina do Estado Novo de Getúlio Vargas e incluía, portanto, a maior parte das elites tradicionais de Minas Gerais (CARDOSO et. al, 2019, p. 14).

Percebe-se, pois, que a crise da “ideologia da mineiridade” está em consonância com a ascensão da lógica gerencial de gestão do estado, conforme salienta Dulci; ou como aponta Guimarães, ao mencionar um tipo de “liberalismo extremamente mercantil” que predomina atualmente. O discurso e o imaginário político estão envolvidos por pautas de conteúdo economicistas que movem as políticas econômicas nos governos e se proliferam nos noticiários.

Nesse contexto, falar em “projeto de desenvolvimento nacional” ou em “planejamento regional” se transformou em espécie de anacronismo. Os termos em voga estão relacionados ao “equilíbrio fiscal” e seus desideratos, imersos numa lógica mais liberalizante, o que reforça a consolidação de reformas nas áreas trabalhista e previdenciária para superar as crises econômicas. O funcionalismo público fica também sob a mira das políticas de austeridade fiscal, passando a ser visto como ônus ao erário público.

O deslocamento do papel do estado e a perda de conteúdo da política operam sérias mudanças na relação entre estado e sociedade. As possibilidades de desenvolvimento estadual e nacional com combate efetivo das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais ficaram no plano das utopias. Nesse sentido, a mineiridade, que conseguiu historicamente produzir estadistas de relevo, não consegue se impor enquanto mecanismo ideológico das elites mineiras no atual contexto em que a ideologia neoliberal se tornou reinante. Trata-se, portanto, de contexto político desfavorável ao surgimento de novas lideranças políticas com repercussão nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política das elites mineiras e suas conexões com projetos de modernização e desenvolvimento para o estado de Minas Gerais permeou a discussão aqui proposta. Apontou-se que o envolvimento político dessas elites contribuiu decisivamente para o processo de industrialização da região, obtendo visível suporte das estruturas de estado. Os longínquos ideários de progresso do início do século XX foram os embriões do “desenvolvimentismo” que se processaria a partir da década de 1930, não só em Minas Gerais, mas em todo o território nacional.

As peculiaridades do processo de desenvolvimento mineiro estão atreladas às formas precoces de participação e engajamento político por parte de suas elites se comparado a casos em que o desenvolvimento se verificou com a predominância das forças de mercado. Toda a articulação construída em prol de um projeto de recuperação econômica que tirasse o estado de seu atraso relativo permitiu a criação, já em meados do século XX, de um tipo de tecnocracia com fortes projeções na área do planejamento econômico, na tentativa de unir investimentos oriundos da iniciativa privada com participação estratégica da administração pública. A própria atuação de destacadas lideranças políticas, com suas idiossincrasias e contradições, forja um tipo de perfil político que congrega dimensões da realidade em tese antagônicas, mas que se fazem conciliáveis quando consideradas dentro de um mesmo projeto modernizante.

Perpetua-se, assim, em uma dimensão política, a mineiridade enquanto caracterizadora desse perfil de político mineiro: política e técnica, ordem e liberdade, liberalismo e intervencionismo, iniciativa privada e gestão pública, termos antitéticos que passam a ser gestados dentro de um mesmo ideário. Em momentos de crise ou de transição política, a mineiridade enquanto discurso de identidade regional foi instrumentalizada pelas elites, transformando-se em aparato ideológico que passou a justificar um conjunto de práticas em nome do bem-estar de todos. Daí advém os traços marcantes da conciliação, da capacidade de síntese e de unidade nacional que marcaram, no plano do discurso, as elites políticas mineiras.

Todo este ideário de liderança política se consubstanciou, em grande medida, no contexto em que vigorou o desenvolvimentismo. As figuras políticas lembradas como “verdadeiros estadistas” foram forjadas, em grande medida, naquele contexto em que o desenvolvimento via processo de industrialização era visto como a saída para todos os males de países de capitalismo periférico como o Brasil. A conjuntura era, portanto, favorável à proliferação de projetos de desenvolvimento encabeçados pelo estado e Minas

Gerais se aproveita bem disso, trazendo por consequência a projeção de suas elites para o âmbito nacional.

O cenário começa a se modificar a partir das décadas de 1980 e 1990, pois o estado de “Bem-Estar Social” começou a entrar em crise, o que enfraqueceu, por conseguinte, a ideologia desenvolvimentista que o patrocinava. O neoliberalismo vai surgindo então como alternativa, trazendo outra leitura de mundo e deslocando o papel e o valor do estado e da política na contemporaneidade. O estado passa de protagonista à figurante no que tange à execução de políticas de desenvolvimento dentro de uma sociedade como a brasileira que guarda sérias desigualdades sociais; já a política perde sua legitimidade enquanto espaço autônomo de decisão, sendo substituída pelo discurso tecnicista e por leituras “economicistas” da sociedade que passam a permear o imaginário político moderno.

Nesse novo contexto político-ideológico, as elites mineiras sofrem pela ausência de espaço propício para articulação política. A mineiridade, indubitavelmente, continua a existir como identidade regional, mas entra em crise no sentido de não conseguir renovar seus quadros políticos como antes. Parece uma espécie de saudosismo, mas trata-se apenas de uma constatação: não há, nos dias de hoje, lideranças políticas com capacidade de aglutinação de interesses, pois há um deslocamento, como já se aventou, do papel do estado e da política. O cenário de crise econômica vivido pelo país desde a década de 1980 trouxe à baila problemas ligados ao combate à inflação e ao controle dos gastos públicos como forma de conter o endividamento público nacional e dos estados.

O discurso das próprias elites mineiras se desloca paulatinamente de um projeto de “recuperação econômica”, que a caracterizou historicamente, para um projeto de “recuperação fiscal”, pois o equilíbrio das contas públicas passou a entrar como prioridade nas agendas dos governos. Se a situação de crise econômica força os governos a agirem dessa forma, adotando práticas de enxugamento dos gastos públicos, não se pode esquecer do pano de fundo que move as ações e estratégias governamentais. O neoliberalismo se configurou e ainda se configura como modelo de desenvolvimento a ser seguido, mesmo em situações onde o cenário de crise se arrefeceu. Em outras palavras, não se trata somente de imposição de dura realidade fiscal dos estados. Trata-se, ao fim e ao cabo, de escolhas políticas, dentro de determinados marcos ideológicos que passam a orientar ações e medidas relacionadas ao ajuste fiscal. No caso atual, é a ideologia neoliberal que, em grande medida, cumpre esse papel.

Percebe-se, portanto, que as pautas catalisadoras do estado como promotor do desenvolvimento e da política como mediação dos conflitos para se chegar a consensos se esfumaram, perderam sentido em meio ao racionalismo econômico que passa a vigorar na gestão pública, com suas bandeiras de eficácia, de eficiência e transparência. O estado passa a ser apenas gerenciado, não mais existindo sua capacidade como planejador de políticas públicas. Assim colocada a problemática acerca das dificuldades de renovação de lideranças políticas, o desafio é enorme, isto é, de superação da ideologia neoliberal hoje hegemônica para construir pontes e projetos que tenham como pauta o desenvolvimento social e sustentável.

Afirmar que a mineiridade, enquanto ideologia, passa por uma crise é um diagnóstico do tempo presente, pois ela se mantém viva enquanto identidade regional e também procura ser utilizada como instrumento ideológico pelos mais diversos grupos e atores políticos²⁴. Entretanto, existe um hiato entre o uso da mineiridade e sua eficácia. Se hoje não se constitui como elemento aglutinador que dê resultados efetivos, amanhã poderá se constituir, a depender das circunstâncias históricas e da configuração de narrativas que restabeçam as conexões entre estado e sociedade, reavivando o fenômeno de lideranças políticas mineiras em âmbito nacional.

²⁴ Os discursos de Aécio Neves quando de sua posse na Câmara dos Deputados é ilustrativo disso.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **De Positivismo e de Positivistas**: Interpretações do Positivismo Brasileiro. BIB, Rio de Janeiro, n. 42, 2º semestre, 1996, p. 109-134.

ANASTASIA, Antônio. Antecedentes e Origem do Choque de Gestão. In: VILHENA, Renata et. al. (Org). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ATHAYDE, Luiz Antônio; GUSMÃO, Gustavo; SILVA, Marco Aurélio de Barcelos. Parcerias Público-Privadas. In: VILHENA, Renata et. al. (Org). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria. O Governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro (org). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1991.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Ipea; Impes, 1988.

BRANDÃO, Helena Hathsue Naganime. Análise do discurso. In: BRANDÃO, Helena Hathsue Naganime. **Introdução à análise do discurso**. 2ªed. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 04 abril 2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul/set. 2006.

_____. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro v. 51, n.1. p. 147-156, jan/fev. 2017.

BRIGADÃO, Clovis. Os Militares e a Política. In: AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antônio. **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. São Paulo: UNESP, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Quem são os deputados – Minas Gerais**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_resultado_pesquisa?nome=

[&Partido=QQ&UF=MG&SX=QQ&Legislatura=56&condic=QQ&ordem=siglaPartido&forma=lista&Pesquisa=Buscar](#). Acesso em: 07 Fev. 2020.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento**. Brasil: JK – JQ. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Univaldo Coelho. **OSCIPI: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**. CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édina Rabêlo Quirino (Org.). Brasília: SEBRAE, 2014. (Série Empreendimentos Coletivos).

CARDOSO, Antônio Dimas et. Al. O olhar sociológico de Otavio Dulci sobre a “questão regional”. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**. 19, 2019, Florianópolis: UFSC, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, Terra e Ferro: vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fábio et al (Org.). **Economia brasileira contemporânea** [recurso eletrônico]: 1945- 2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. Privatização, Abertura e Desindexação: a Primeira Metade dos Anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio et al (Org.). **Economia brasileira contemporânea** [recurso eletrônico]: 1945- 2010. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Análise Social da Ideologia**. São Paulo: EPU, 1988 (Temas Básicos de Sociologia e Ciência Política).

COMTE, Auguste. **Discurso Preliminar sobre o conjunto do positivismo**. 2.ed. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

COSTA, João Batista de Almeida. Minas Gerais na contemporaneidade: identidade fragmentada, a diversidade e as fronteiras regionais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 117-137, jan./jun. 2009.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e Capital estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG, 1981.

_____. Minas Gerais e a Economia Nacional. **Cadernos do Desenvolvimento: Dossiê Minas Gerais**. Rio de Janeiro, vol. 13, n. 23, p. 205-221, jul. dez. 2018.

DUARTE, Kênnya et. al. Acordo de Resultados. In: VILHENA, Renata et. al. (Org). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: **Ciências Sociais Hoje**: anuário de antropologia, política e sociedade. São Paulo: ANPOCS: Cortez Editores, 1984, p. 7-32.

_____. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. Política e Economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 90. **Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira**. CEDEPLAR/UFMG. Diamantina, 24 a 27 de Agosto, 2004, p. 639-650.

_____(Org.). **Minas Gerais 2000-2015**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

FAUSTO, BORIS. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: USP; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbetes. **Newton Cardoso**. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/newton-cardoso>. Acesso em: 27 fev. 2020a.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbetes. **Eduardo Brandão de Azeredo**. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/eduardo-brandao-de-azeredo>. Acesso em: 27 fev. 2020b.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbetes. **Aécio Neves da Cunha**. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/aecio-neves-da-cunha>. Acesso em: 27 fev. 2020c.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbetes. **Parcerias Público-Privadas (PPP)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/parcerias-publico-privadas> . Acesso em: 04 abr. 2020d.

FJP. **Minas e-dados**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações, v.1, n.1, dez. 2018.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antônio Macedo (Org.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília : IPEA, 2014.

FREYRE, Gilberto. Ordem, Liberdade, Mineiridade. In: PEREIRA, Francelino. **Gilberto Freyre: o reinventor da história**. Brasília: Senado Federal, 2000.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. **Da arte de conhecer as doenças: O Diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais**. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica do Cedeplar: Face/UFMG, S/D.

GOMES, Karen Christine Dias. **Execução orçamentária em Minas Gerais, ciclos eleitorais e contexto institucional: uma análise do período de 1986 e 2015**. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Administração Pública). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2017.

GOVERNO DE MINAS. **Aécio Neves**. Galeria de Governadores. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/aecio-neves>. Acesso em: 19 Julho 2019.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUIMARÃES, Juarez. Política Contemporânea. In: SADER, Emir et. al. (Org.). **O Portal Brasil Contemporâneo: Minas Gerais** Rio de Janeiro: Périplos, 2018.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fábio et al (Org.). **Economia brasileira contemporânea** [recurso eletrônico]: 1945- 2010 Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **Federalismo, processo decisório e ordenamento fiscal: a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, Março, 2011.

LEMOS et. al. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. In: VILHENA, Renata et. al. (Org). **O Choque de Gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MANIFESTO DOS MINEIROS. **Documento**. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 1943.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Coleção Clássicos).

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. **A Política em Minas**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), 2018.

MELO, Marcus André. As Agências Regulatórias: gênese, desenho institucional e governança. In: ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. (Org.). **O Estado Numa Era de Reformas: Os Anos FHC - Parte 2**. Brasília: MP, SEGES, 2002.

MELO, Carlos Ranulfo. Dinâmica nacional e processos estaduais: uma análise dos partidos e do sistema partidário em Minas Gerais. In: SANTOS, Manoel Leonardo; ANASTASIA, Fátima. (ORG.). **Política e desenvolvimento institucional no Legislativo de Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. O golpe, o regime militar e a elite mineira. In: **Os Governadores: História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Hoje em Dia/ Governo de Minas, 2008.

NEVES, Tancredo; LARANJEIRA, Carlos. **Tancredo: máximas e citações**. São Paulo: Linotipadora Liberdade, 1985. 126 p.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes de. **Nova Cidade, Velha Política: Um estudo de poder sobre Montes Claros**. Dissertação (Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de; GONTIJO, Cláudio. **Dívida pública do Estado de Minas Gerais: a renegociação necessária**. Belo Horizonte, 2012.

PÁDUA, Pedro Geraldo. **O Conceito de Progresso nas mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais (1891-1930)**. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, 2012.

PAIM, Antônio. **História do Liberalismo Brasileiro**. [recurso eletrônico]. 1998.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Econômica). São Paulo: USP, FFCL, Departamento de História, 2007.

_____. Intelectuais em ação, mineiridade em xeque. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 103-124, 2015.

PETTERSEN, Pedro Paulo. **O Empresário como ator político na construção da Ordem Econômica**: o caso de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Administração Pública). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2007.

PIRES, Breiller. Como o império político de Aécio ruiu em Minas Gerais. **El País Brasil**. São Paulo, 23 maio 2017. A Crise Política no Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/20/politica/1495247687_873909.html. Acesso em: 19 julho 2019.

NOVO. Plano de Governo do Partido Novo. **Liberdade ainda que tardia**. Romeu Zema Candidato ao Governo de Minas. Minas Gerais, 2018

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, Francelino Pereira dos. **Nordeste, um desafio brasileiro**. Montes Claros, MG: [s. n.], 1981. 42 p.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SOUTO, Karine Gomes dos Santos. O Desenvolvimento no Norte de Minas na perspectiva da SUDENE. **Revista Desenvolvimento Social**, n. 12/01, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 4.ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Os senhores das gerais**: os novos inconfidentes e o Golpe de 1964. 3. ed. Petrópoles: Editora Vozes, 1986.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Lisboa (Portugal): Conjuntura Actual Editora, 2013.

SUDENOR - Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas. Diretoria de incentivos fiscais. **Aspectos da Industrialização do município de Montes Claros com incentivos da SUDENE**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, 1983.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15.1995. p. 39-56.

_____. A Nova Minas da “Velha República”. In: **Os Governadores: História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Hoje em Dia/ Governo de Minas, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. Trad. Leonidas Hegenberg; Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1967.